

Eficácia contra o tabu

Saúde mental Ainda que o senso comum veja esse tratamento com preconceito, psiquiatras defensores da eletroconvulsoterapia (ECT) asseguram o altíssimo percentual de bons resultados para casos de depressão, esquizofrenia, bipolaridade e mal de Parkinson. **Página 11**



Nas sessões realizadas no HCPA, a equipe de médicos estabelece uma dose ajustada à condição de cada paciente

FLAVIO DUTRA/JU

GUSTAVO DIEHL/JU



DIREITOS HUMANOS

Liberdade inquestionável

Autor de *Teoria dos Direitos Fundamentais*, obra traduzida para mais de 20 idiomas, Robert Alexy (foto) recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UFRGS. Reconhecido mundialmente, o jurista alemão defende que a liberdade das escolhas pessoais está acima de preconceitos ou determinações de uma legislação estatal. Quanto ao Estado, o professor da Universidade de Göttingen afirma que deve ser livre de ditaduras espirituais ou militares, para não violar os direitos do homem, que são universais e eternos. **P10**

Neutralidade da rede
Jurista analisa
normatização do uso
da internet **P4**

Cultura lúdica digital
Quando a brincadeira
corre o risco de
desaparecer **P8**

ODONTO NOTURNO

O desafio de incluir

Criado em 2010, a partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades, o curso de Odontologia Noturno vem agregando pessoas de níveis socioeconômicos diferentes e também de diversas faixas etárias. Essa é a avaliação de Cassiano Rösing, docente que participou da idealização da iniciativa. Devido às aulas práticas no turno da noite e à possibilidade de atendimento após as 18h, a procura por tratamento aumentou e o número de pacientes recebidos nos dois períodos do dia se equivale. **P7**

TRADUÇÃO

Além das palavras

Engana-se quem acredita que a tradução de textos literários, técnicos ou acadêmicos possa ser feita apenas com o uso de dicionários ou tradutores na web. A tarefa requer o trabalho de um profissional especializado, capaz de levar em conta o conceito de "língua-cultura", conforme professores do Núcleo de Estudos de Tradução da UFRGS. A coordenadora do grupo, Cláudia Scheeren, assegura: "O tradutor não precisa saber tudo, mas deve saber onde procurar e encontrar". **P13**

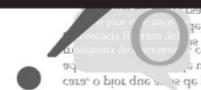
Sons de Portugal

Unimúsica trouxe a Porto Alegre
artistas como Teresa Salgueiro para
cantar a sonoridade lusófona

CadernoJU



FLAVIO DUTRA/JU



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Em busca da excelência inclusiva

Foram importantes as conquistas alcançadas pela comunidade universitária ao longo de 2013. Além da posição destacada em rankings nacionais e internacionais, o que se deve comemorar é a chegada da UFRGS a um novo patamar em termos de ensino, pesquisa, extensão e inovação que lhe garante a inserção entre as melhores instituições do mundo.

No QS Latin American University Rankings 2013, a Universidade figura entre as três melhores federais brasileiras. Já no QS World University Rankings by Subjects, que classifica as 200 melhores instituições do mundo por área, a UFRGS aparece entre as cem instituições mais bem avaliadas nas categorias *Ciências Agrárias e Florestais e Ciências Marinhas e da Terra*. No âmbito da graduação, os cursos de Engenharia de Materiais, de Arquitetura e de Agronomia já receberam a acreditação do Sistema Arcu-Sul, que assegura critérios regionais de qualidade na formação superior no Mercosul. A

distinção irá constar nos diplomas dos futuros egressos, o que os certificará a duplas diplomações no domínio Arcu-Sul. Na área da cultura, a ópera *Dido e Enéas*, encenada em 2012 no âmbito do projeto Ópera na UFRGS, foi a grande vencedora na categoria Espetáculo do Ano, do Prêmio Açorianos.

Essas conquistas sinalizam a certeza do caminho e também o compromisso de continuar dedicando tempo e energia para melhor cumprir a missão proposta em tempos de rápidas mudanças e de grande renovação; de fazer, no presente, a universidade do futuro. Compromisso que se torna ainda mais forte no momento em que estamos próximos de completar oito décadas de existência. No dia 26, um concerto inesquecível da OSPA prestou uma homenagem aos 79 anos da UFRGS e, na noite seguinte, dois grandes eventos marcaram o início da programação que será desenvolvida para celebrar os 80 anos: o lançamento do livro

Professores Eméritos – Memórias e História e o belíssimo show de Vitor Ramil, no Salão de Atos lotado. Para 2014, estão previstas atividades especiais que deverão sensibilizar todos e cada um para uma reflexão sobre o papel da instituição no desenvolvimento do estado e do país.

Patrimônio de todos, a UFRGS se prepara para promover mais um vestibular que irá selecionar cerca de 5.400 novos alunos e tem fortalecido seu Programa de Ações Afirmativas, buscando ampliar os recursos para a assistência estudantil. Para 2015, o grande desafio é a adesão da Universidade ao Sistema de Seleção Unificado (SISU) do Ministério da Educação. Serão disponibilizadas 30% das vagas do vestibular para ingresso nessa modalidade. É com a perspectiva de excelência inclusiva que celebramos mais um ano de conquistas e nos preparamos para avançar no sentido da consolidação de uma Universidade cada vez mais solidária e comprometida.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ânia Chala, Cassiano Kuchemberger Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Américo Corrêa Cezar

Editora Ânia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres Ânia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Kleiton Semensatto da Costa
Fotografia Gustavo Diehl, Flávio Dutra (editor) e Ramon Moser

Revisão Antônio Falcetta

Bolsistas Bárbara Gallo, Júlia Corrêa e Rafaela Pechansky (Jornalismo)

Circulação Vanessa Gastal Fernandes

Fotolitos e impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

/jornaldauniversidade

Mudou de endereço?

Os leitores aposentados que desejarem alterar o endereço de recebimento de correspondências da UFRGS, como o exemplar mensal do *Jornal da Universidade*, devem entrar em contato diretamente com a **Divisão de Cadastro e Registro da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas**, que está funcionando provisoriamente no **segundo andar do prédio da reitoria (Av. Paulo Gama, 110 - Câmpus Centro)**. Mais informações pelo telefone **(51) 3308-3045**.

Memória da UFRGS

LUME / UFRGS



2007

Palco de grandes eventos acadêmicos e culturais, o Salão de Atos da UFRGS recebe os formandos desde a construção do prédio da reitoria, na década de 1950.

Artigo

Pesquisa com animais: uma responsabilidade compartilhada

A utilização de animais não humanos em pesquisa não resulta de um suposto desejo irresponsável de cientistas e companhias farmacêuticas. Não é sequer uma opção. É uma necessidade assumida pela humanidade ao longo de sua história. Os marcos regulatórios vigentes em todo o mundo determinam que, antes de serem avaliadas em seres humanos, a eficácia e segurança de novas alternativas terapêuticas ou diagnósticas sejam testadas em animais não humanos. Os métodos substitutivos ou alternativos, ainda que utilizados em muitas instâncias, não conseguem dar conta da maravilhosa complexidade dos mecanismos de resposta e adaptação dos seres vivos. A completa substituição da experimentação em animais vivos por métodos *in vitro* ou modelos computacionais está além do que nos permite o estágio atual do conhecimento; é uma meta para o futuro. Mas o leitor poderia questionar: precisamos mesmo de novos medicamentos e métodos diagnósticos? Ou estamos apenas enredados na lógica da medicalização da vida a serviço do lucro da indústria farmacêutica?

Ainda que o questionamento sobre o modus operandi da indústria farmacêutica seja pertinente, a resposta é: sim, ainda necessitamos do desenvolvimento de fármacos

mais eficazes e seguros, bem como de métodos diagnósticos mais precisos e menos invasivos para muitos males que afligem animais humanos e não humanos. Mais que isso: ainda precisamos compreender as bases biológicas de muitas doenças de grande letalidade e morbidade.

O uso de animais não humanos para a compreensão de fenômenos biológicos inicia em, pelo menos, 450 a.C., quando Hipócrates relacionava o aspecto de órgãos de humanos doentes com o de órgãos de animais. De lá para cá, são incontáveis os benefícios que a experimentação trouxe para a humanidade, e não só na área biomédica. Isso, porém, não impede que o uso de animais em pesquisa seja questionado, e a polêmica vem de longa data.

No entanto, em meados do século passado, a sociedade humana parece ter se posicionado pela proteção primeira de sua própria integridade. Após a condenação de nazistas que realizaram experimentos cruéis e injustificáveis em prisioneiros de campos de concentração, foi promulgado, em 1947, o Código de Nuremberg. Esse texto foi a primeira tentativa de estabelecimento de princípios básicos de alcance mundial para a experimentação em humanos e é a base de vários documentos e regulamentações posteriores, como a Declaração de Helsinque (1964-2013), da Associação

Médica Mundial, e as resoluções 251(2007) e 466 (2012) do Conselho Nacional de Saúde (Brasil), que exigem a determinação da eficácia e segurança de novos produtos de valor profilático ou terapêutico em animais antes da exposição ao ser humano.

Mas a sociedade e os cientistas reconhecem, cada vez mais, os animais não humanos como seres dotados da capacidade de sofrer. E esse é o grande dilema de todos: cientistas, que *precisam*, por força de lei e limitação de conhecimento, realizar experimentação animal; e cidadãos, que se beneficiam de produtos desenvolvidos graças à experimentação animal. Nesse sentido, a comunidade científica, além da responsabilidade de gerar conhecimento, também assume seu papel na construção de mecanismos de minimização de danos aos animais e busca de alternativas. Não há zona de conforto.

Em 1959, Russel e Burch estabeleceram o princípio dos três Rs: *replace* (substituir), *reduce* (reduzir) e *refine* (refinar), que visa à redução do número de animais utilizado e à minimização do sofrimento imposto a esses seres. Tais princípios são a base de toda a regulamentação da experimentação animal no mundo. No Brasil, os avanços são recentes e ainda tímidos, mas significativos. Em 2008, após anos de luta das sociedades científicas,

foi promulgada a Lei 11.794, que estabeleceu os princípios para o uso de animais em pesquisa e ensino e determinou a criação de comissões de ética (CEUAs) para avaliação e acompanhamento das atividades relacionadas. Em 2013, o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal publicou diretrizes para a utilização e promoção do bem-estar de animais de experimentação.

Recentemente, esteve entre nós o filósofo Peter Singer, autor do emblemático livro "Libertação Animal". Quando questionado sobre o que pensava da utilização de animais para o desenvolvimento de novos fármacos, Singer respondeu que o uso de animais em pesquisa pode ser justificável quando desenhado de forma que o bem gerado possa superar o sofrimento causado, pelo menos em perspectiva.

Penso que deve ser isso: uma avaliação constante e honesta entre perdas e ganhos, possibilidades e limitações, justificativas e consequências; uma escolha difícil, dura mesmo, pela qual somos todos, sociedade e cientistas, moralmente responsáveis.

Stela M. K. Rates
Coordenadora do PPG em Ciências Farmacêuticas e da Comissão de Ética na Utilização de Animais - UFRGS



► **Redação** Jacira Cabral da Silveira. Colaborou: Ânia Chala | Sugestões de matérias para esta página podem ser enviadas pelo e-mail jornal@ufrgs.br

GUSTAVO DIEHL/JU



A jornalista Clarice Siedler, da Secom, realizou entrevistas com 37 professores eméritos da Universidade



Conhecendo a UFRGS

Um laboratório que aproxima Universidade e indústria

O Laboratório de Materiais Cerâmicos (LACER) é vinculado ao Departamento de Materiais da Escola de Engenharia da UFRGS e desenvolve atividades voltadas ao ensino – como as práticas de laboratório que algumas disciplinas da engenharia exigem – e à pesquisa que envolvem os trabalhos de iniciação científica, mestrado e doutorado. Além disso, há o desenvolvimento de produtos e processos para a indústria.

O setor trabalha com cerâmica avançada, materiais nanoestruturados, biomateriais, porcelanas e vidros. O principal objetivo das pesquisas do LACER é a funcionalidade desses materiais para as aplicações industriais, como destaca o coordenador do laboratório, Carlos Bergmann: “O nosso foco é a aplicação tecnológica e industrial. Então, ao desenvolvermos um material, pensamos que ele será utilizado na prática da engenharia e da indústria”.

Um aspecto fundamental na formação dos alunos é a possibilidade de interagir com profissionais de diferentes níveis de especialização. “Aqui eles começam a conviver com colegas que estão mais avançados no curso. Isso faz com que ampliem sua visão e comecem a sonhar com suas futuras pesquisas”, analisa o professor Saulo Roca Bragança.

Para o futuro, o LACER pretende ampliar as parcerias com outras instituições e universidades, visando ao intercâmbio de estudantes. “No laboratório, a gente incentiva os alunos a saírem da Universidade. E, muitas vezes, a experiência que eles têm aqui acaba sendo um diferencial no processo seletivo. Quando esses estudantes concluem seu período como bolsistas, levam essa experiência para o mundo”, relata a professora Annelise Kopp Alves.

Jonata Fabris e Ludmila Cafarate, estudantes do 1.º e do 3.º semestres de Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

Para conhecer melhor o Laboratório de Materiais Cerâmicos, assista ao programa “Conhecendo a UFRGS”, que vai ao ar no dia 17 de dezembro, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.

A memória afetiva da UFRGS

Depois de mais de 70 horas de gravação de entrevistas, a jornalista Clarice Siedler resgatou a história da UFRGS pela memória afetiva de 37 professores eméritos da Universidade. O resultado desse trabalho, que iniciou em 2012, foi a publicação do livro *Professores eméritos: memórias e história*, lançado no dia 27 de novembro, seguido do show do cantor gaúcho Vítor Ramil, tendo ambas as atividades marcado a abertura das comemorações dos 80 anos da Universidade.

“Eles ficaram honrados e orgulhosos por terem sido convidados a participar dessa edição”, conta a jornalista da Secretaria de Comunicação (Secom), setor responsável pela produção da obra. Segundo ela, a receptividade dos professores se evidenciou desde o primeiro contato telefônico, quando agendavam dia e hora das entrevistas realizadas, a grande maioria, na residência dos entrevistados.

A cada nova conversa, que durava invariavelmente mais de uma hora, confirmava-se para a jornalista a forte ligação de cada emérito à Universidade e ao trabalho que

nela desenvolvera ao longo dos anos. Para ilustrar esses momentos, ela menciona o olhar vibrante à medida que as revelações vinham à tona, até porque editorialmente o objetivo era buscar “o resgate das ‘revivências’ lúdicas”, diz Édina Rocha, editora da publicação.

Clarice conta sobre um desses momentos: “Os olhos brilhavam tanto que achei que ele estava muito conservado para um homem de 80 anos”. De volta à Universidade, fazendo as contas, percebeu que ele estava não com 80, mas com mais de 90 anos: “Nossa”, ficou ainda mais admirada, “o que é uma pessoa gostar do que está dizendo, do que faz e do que vive”, interpreta.

“Aprendi com eles que tu não és exatamente um número e que tuas atitudes podem repercutir na história da instituição”, comenta ao confessar o quanto esse trabalho repercutiu em sua percepção e prática profissionais. E o primeiro aprendizado foi não resistir ao estado apaixonado em que se percebia ao final de cada entrevista. Sentimento que se transformou em ferramenta importante na

sistemática do seu trabalho: “Logo que chegava em casa, escrevia o que pensava daquela pessoa, o que mais tinha me chamado a atenção, a parte afetiva que mais tinha me afetado durante a conversa”.

Recorte histórico – Para além da história da UFRGS, o livro conta, conforme a autora, a própria história do Brasil. De acordo com ela, existem dois pontos nevrálgicos no relato de todos: a ditadura militar (1964/1985) e a reforma universitária (1968). Esses registros, porém, não revelam posições semelhantes, é claro. Alguns se mostram favoráveis, outros contra, e uns poucos se revelaram neutros às questões; mas nenhum deles deixou de mencionar tais fatos e a forma como vivenciaram cada um deles.

Com relação à reforma, grande parte ressaltou o “caldo de cultura” que era a Universidade na época dos cursos integrados: “Estava sempre em ebulição”, menciona a fala de um dos entrevistados, quando este destacou a efervescência dos debates sobre o que ocorria no país: “Eram visões diferentes de professores,

químicos, economistas, discutindo o mesmo tema. E era justamente isso que os militares queriam evitar”, diz, reproduzindo o professor.

A obra – O livro, impresso na Gráfica da Universidade, tem 288 páginas e o projeto gráfico foi desenvolvido para possibilitar uma leitura confortável a pessoas da terceira idade, conforme explica Rosâne Vieira, responsável por essa parte do trabalho. Os textos, elaborados a partir das entrevistas, estão organizados em ordem alfabética, a partir dos nomes dos professores eméritos. Além das fotos históricas em preto e branco, a obra se caracteriza pelas fotos de cada um dos professores, realizadas em sua maioria pelo fotógrafo Flávio Dutra, que contou com a colaboração dos colegas Thiago Cruz, Carlos Edler e Ramon Moser. Os exemplares da primeira edição foram distribuídos especialmente entre os entrevistados e disponibilizados na rede de bibliotecas da Universidade. Está prevista uma edição online para que se amplie o acesso à pesquisa.

Vestibular

Conselho Universitário decide aderir ao SISU a partir de 2015

Para quem tem interesse em estudar na UFRGS, a partir do ENEM de 2014 haverá uma alternativa de ingresso: o Conselho Universitário, em reunião do dia 22 de novembro, decidiu aderir ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), disponibilizando 30% das vagas em seus mais de 80 cursos para ingresso em 2015. As restantes 70% seguirão dentro dos critérios já utilizados no Vestibular desde 2010, quando o ENEM passou a contar como a décima nota dos candidatos que tivessem solicitado sua inclusão.

A cada uma dessas faixas, entretanto, serão aplicados os percentuais de reserva de vagas do Programa de Ações Afirmativas. Ou seja, tanto o vestibular quanto o SISU deverão disponibilizar 30% das vagas para candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio,

e, desse total, no mínimo a metade será garantida aos estudantes autodeclarados negros. Também serão mantidas as provas específicas para os cursos que assim o exigem, cabendo às respectivas comissões de graduação pensar como viabilizar tais processos.

Outro aspecto a ser estudado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e demais setores da Universidade refere-se à computação dos pontos. Se, por um lado, já está decidida a pontuação mínima – 450 pontos na prova objetiva e 500 pontos na redação –, por outro ainda há de se resolver como adaptar os pesos atribuídos a cada uma das nove provas do vestibular aos atribuídos às provas do ENEM, elaboradas a partir de quatro áreas de conhecimento. Todas essas questões já estão sendo debatidas sob a

coordenação do CEPE, devendo ser finalizadas no primeiro semestre do próximo ano.

Para participar dessa seleção, o candidato deverá entrar na página do SISU com o login do ENEM/2014, onde poderá consultar tanto sua nota no Exame quanto conferir a relação de vagas existentes nos diferentes cursos. No portal também será possível verificar a pontuação dos demais candidatos àquelas vagas dos cursos os quais ele pretende disputar, conferindo assim suas chances de ingresso. Ou seja, se existem 20 vagas para um curso “x”, e suas notas o classificam no 14.º lugar, ele está dentro.

Qualquer estudante que desejar utilizar a nota do ENEM/2014 para concorrer a uma vaga na Universidade poderá fazê-lo desde que já tenha completado o ensino médio.



A “neutralidade da rede” sob a perspectiva do Direito e da Economia

Cesar Santolim*

Conforme a versão mais atualizada do substitutivo do Projeto de Lei n.º 2.126/2011, que “estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil”, está assegurada a “neutralidade da rede”, na forma de seu art. 9.º, *verbis*:

Art. 9.º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

§ 1.º A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada por Decreto e somente poderá decorrer de:

I – requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e

II – priorização a serviços de emergência.

§ 2.º Na hipótese de discriminação ou degradação do tráfego prevista no § 1.º, o responsável mencionado no caput deve:

I – abster-se de causar dano aos usuários, na forma do art. 927 do Código Civil;

II – agir com proporcionalidade, transparência e isonomia;

III – informar previamente de modo transparente, claro e suficientemente descritivo aos seus usuários sobre as práticas de gerenciamento e mitigação de tráfego adotadas; e

IV – oferecer serviços em condições comerciais não discriminatórias e abster-se de praticar condutas anticoncorrenciais.

§ 3.º Na provisão de conexão à Internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados.

O teor do artigo, no texto originariamente encaminhado pelo Poder Executivo, era mais singelo.

Entre os defensores da “neutralidade da rede”, destaca-se o argumento de que se busca garantir a competição na internet, pois estaria em discussão a possibilidade ou não de os controladores das redes que dão suporte ao serviço poderem controlar os fluxos de dados, conforme sua origem ou natureza. Em contrapartida, a liberdade para adotar práticas de mercado que julgarem mais convenientes é um dos argumentos mais importantes das operadoras de telecomunicações (detentoras das redes).

O tema não é exatamente novo nem restrito à internet. Desde o telégrafo, passando pelas centrais automáticas de comutação telefônica (criadas, entre outros motivos, exatamente para impedir que as operações manuais pudessem discriminar os usuários), há a discussão sobre o papel que exercem (ou podem exercer) as operadoras dos sistemas de transmissão de dados sobre o conteúdo e a forma do que é transmitido.

Há vários argumentos favoráveis à neutralidade da internet, como o de que as operadoras dos serviços de transmissão de dados, que são delegatárias de um serviço público (art. 21, XI, da Constituição Federal), não podem, no desempenho desse serviço, adotar critérios discriminatórios em relação aos usuários, ou o de que essa prática coibiria a inovação, bloqueando ou prejudicando determinados modelos de negócio. A disponibilização dos serviços «em camadas» – o que significa criar tratamento preferencial ao tráfego de

informações segundo o usuário ou o tipo de aplicação – seria, portanto, ofensiva ao interesse público, e assim estaria justificada a regra proposta. Existem ainda argumentos adicionais, como o de que o caráter «aberto» da rede estaria comprometido se as operadoras pudessem «escolher» o que seria transmitido com maior facilidade e o de que aqueles que são meros «intermediários» não podem interferir em uma relação em que os partícipes principais são os que devem tomar as decisões.

Na contramão desses argumentos, além da presença óbvia das empresas de telecomunicação, estão diversos organismos de defesa da liberdade de mercado, seja pela objeção genérica acerca da ineficiência governamental na atividade de regulação, seja por acreditar que em um mercado livre haverá espaço para os prestadores de serviço oferecerem alternativas para todos os tipos de usuários, dentro da perspectiva de que não haveria interesse em privilegiar apenas determinado tipo de cliente, uma vez que isso abriria espaços para a concorrência. Além disso, há preocupações quanto a aspectos relacionados à proteção da privacidade (o monitoramento que decorre, necessariamente, da regulação governamental implica reconhecer que o poder público tem o direito de observar o que os usuários transmitem) e, curiosamente, também no sentido de que a neutralidade da rede é negativa para a inovação na internet, pois cria limitações de receita para as operadoras de telecomunicações, que poderiam ser revertidas em melhorias de serviço. Ademais, a proibição de serviços discriminados não impede que usuários com maior potencial econômico extraiam vantagens dessa condição pelo uso de um número maior de prestadores de serviço ou pela aquisição de mais pacotes de banda larga, por exemplo.

No âmbito da União Europeia, há um significativo conjunto de medidas disciplinando os serviços de comunicação eletrônica em rede. Não obstante esse conjunto normativo ao qual se agregam as alterações

trazidas em 2009 com o denominado “Telecoms Package”, o tema da neutralidade da rede permanece em discussão.

Nos EUA, a matéria está submetida ao controle da Federal Communications Commission (FCC), que desde 2011 tem normatização no sentido de garantir a neutralidade da rede, com ênfase na transparência acerca da natureza dos serviços disponibilizados aos usuários. Ao que tudo indica, a adoção de alguma forma de norma que assegure a “neutralidade da rede” no Brasil é iminente. Ainda que persista alguma controvérsia sobre a extensão dessa normatização (como se percebe da distinção entre o texto primitivo do PL 2.126/2011 e aquele que resulta do substitutivo), toda sinalização que chega ao grande público é nesse sentido.

É importante criar mecanismos que tornem claro o conteúdo dos “pacotes” para os usuários

O que não tem sido considerado, todavia, é que uma vedação pura e simples da discriminação de serviços pode trazer consideráveis prejuízos aos usuários pela possibilidade de comprometimento do próprio mercado. É que o impedimento absoluto de qualquer modelo de negócio que realize a segmentação de clientes determinará o fornecimento de serviços “pela média” quanto à fixação dos correspondentes preços. Nessas condições, os usuários dos serviços que demandarem um maior volume de tráfego serão beneficiados porque pagarão preços menores do que pagariam se houvesse a discriminação. O contrário ocorrerá em relação aos usuários que utilizarem menor quantidade e qualidade de tráfego de

informação. Nesse quadro, cada vez mais usuários do primeiro grupo participarão desse mercado, sendo progressivamente menor o número de usuários do segundo grupo. A consequência será a sobrecarga do sistema de tráfego de dados. Essa lógica, identificada no trabalho pioneiro de George Akerlof¹, denomina-se “seleção adversa”, e o mercado tende à extinção.

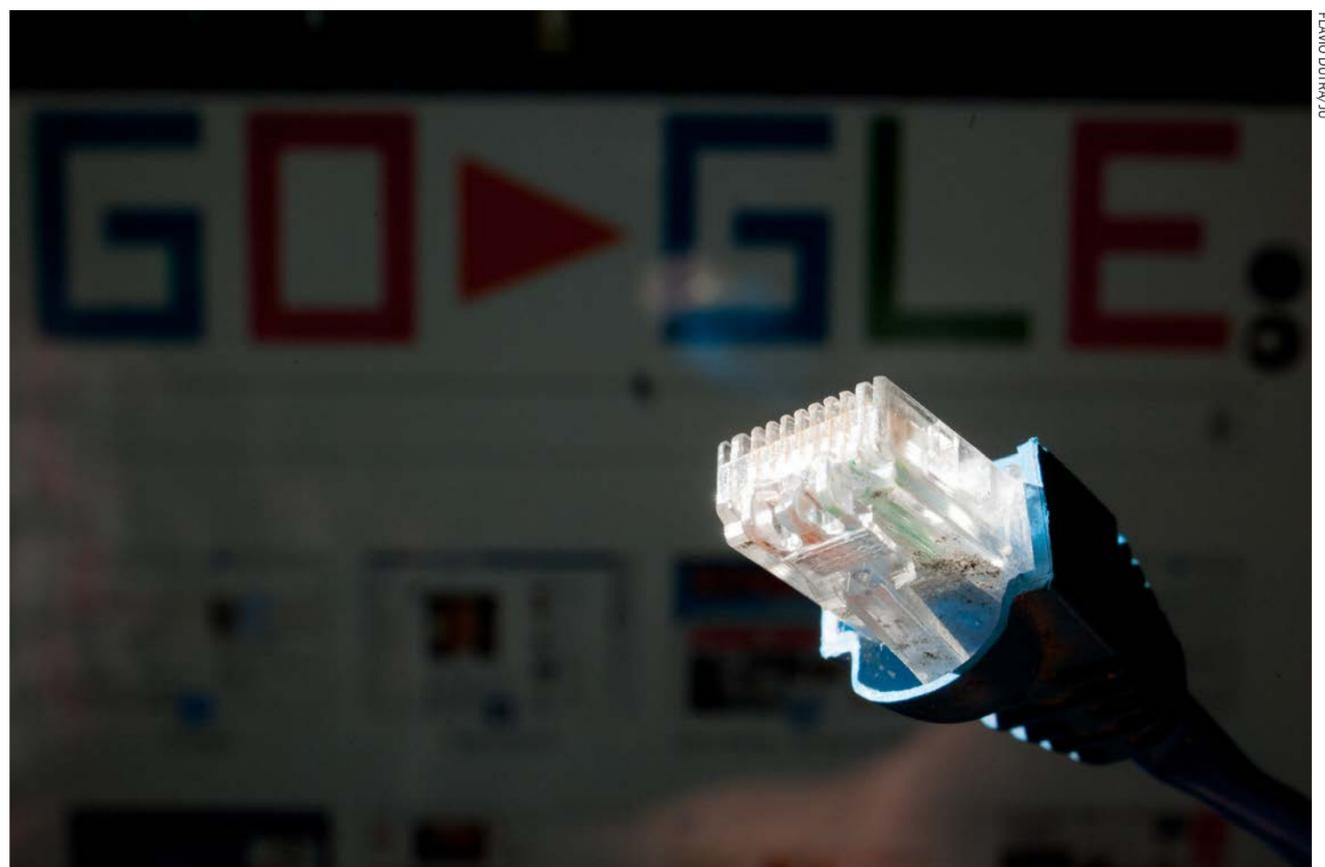
A origem dessa situação está na assimetria informacional: o sistema de preços é um veículo de divulgação de informações, e quando há empecilho para a correta identificação e qualificação dos agentes econômicos envolvidos (o que pode ser feito a partir do quanto cada agente está disposto a pagar pelo acesso ao recurso disponível), o mercado falha, na busca da eficiência econômica. Para evitar essa situação, é importante a criação de mecanismos normativos de incentivo à divulgação de informações (“regras de transparência” sobre os serviços, por exemplo), que permitirão que, mesmo havendo a customização dos serviços, o conteúdo dos “pacotes” seja claro, para todas as partes, em especial para os usuários. Normas para isso já existem (Lei n.º 9.078/90) quando considerada uma relação de consumo, mas o mesmo não se pode afirmar quanto aos contratos empresariais, aí se justificando a inovação proposta.

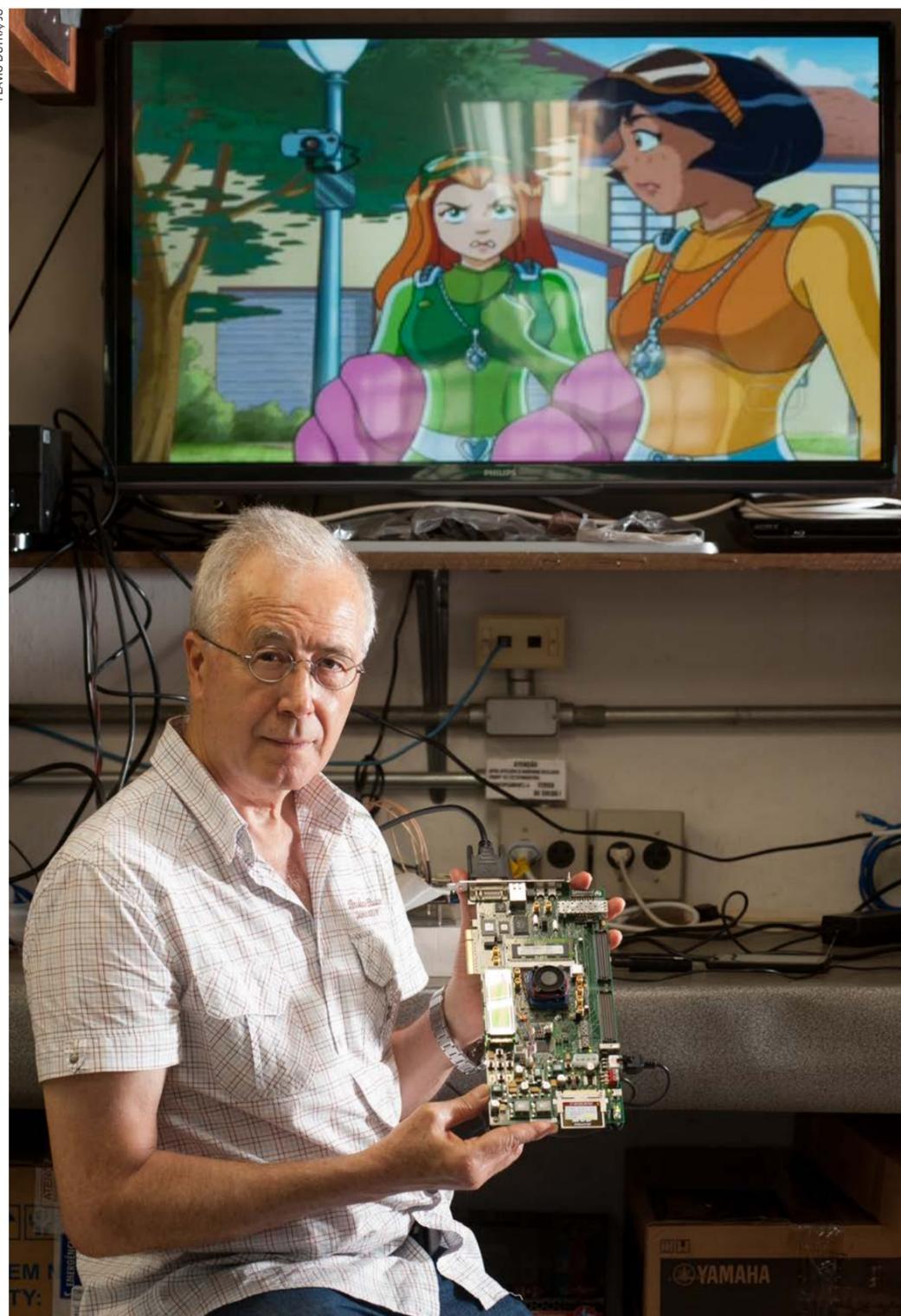
Nesse sentido, o texto do substitutivo proposto, especialmente pelo que dispõe o inciso III do § 2.º, se revela mais adequado à finalidade de impor a revelação de informações, muito embora permaneça a dúvida quanto aos efeitos perversos decorrentes da proibição da discriminação.

O assunto é de inegável relevância e merece ser conhecido em todos os seus aspectos, sob a pena de prejuízo à qualidade da normatização que vier a ser adotada.

*Mestre e doutor em Direito, professor da Faculdade de Direito da UFRGS

¹ “The Market for ‘Lemons’: Quality Uncertainty and the Market Mechanism”, in *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 84, Issue 3 (Aug., 1970), pp. 488-500





O professor Altamiro Susin exibe o decodificador para a TV digital desenvolvido pelo grupo que coordena

Muito aquém da interatividade

Televisão Os desafios de uma programação voltada ao telespectador 10 anos após a implantação da TV digital

Samantha Klein

Há uma década, quando o ex-presidente Lula assinou o decreto do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, as expectativas pela rápida inserção da comunidade científica no mapa mundial de produtores de tecnologia foram grandes, assim como as possibilidades de interatividade e acesso a serviços públicos ao alcance de um clique. No entanto, o desenvolvimento se sustenta em uma base bem mais lenta, e a sonhada implementação de um modelo próprio ficou restrita aos testes nos laboratórios das universidades. Outro ponto fundamental da TV

digital, a programação, não superou a corrida para alcançar a internet. Disputa essa que vem se mostrando cada vez mais infrutífera.

Incremento tecnológico – A empolgação entre os pesquisadores da área de inovação em todo o país foi enorme a partir da inserção do Brasil no novo sistema televisivo. A Agência Brasileira de Inovação (Finep) recebeu autorização para distribuir milhares de reais entre 22 equipes multi-institucionais a fim de desenvolver uma tecnologia nacional de transmissão e recepção do sinal digital na casa dos telespectadores. Porém, a euforia foi

diminuindo, especialmente quando ficou definido o padrão japonês de televisão digital. Os subsídios diretos escassearam e a aposta do Ministério das Comunicações foi direcionada para a difusão do sinal digital em todo o território nacional. Ainda assim, desde a primeira transmissão full HD em dezembro de 2007 em São Paulo, somente 436 cidades brasileiras têm acesso ao sinal.

“Essa filosofia de mudar as políticas de incentivo conforme a direção do vento prejudica o desenvolvimento científico. Houve um esforço para criar um protocolo de cooperação com o Japão para instalar a tecnologia digital no Brasil, mas

foi incompetente porque deveria trazer fábricas de semicondutores para cá. A inovação deveria ser conjunta, mas não ocorreu”, critica o coordenador do Laboratório de Processamento de Sinais e Imagens da UFRGS (Lapsi), Altamiro Susin. A equipe coordenada pelo professor foi uma das contempladas com recursos para desenvolver padrões de decodificação do sinal digital. O trabalho realizado no Laboratório deveria se tornar um dos componentes de uma tecnologia nacional de difusão televisiva digital.

Mesmo com a mudança das prioridades do governo, o grupo formado por 15 pesquisadores segue trabalhando no hardware que decodifica o sinal da TV digital. As experiências giram em torno do decodificador H264, um equipamento que traduz um pacote de bits em imagens para a televisão. O hardware, ainda em testes, faz a descompressão apenas de vídeo. “Seriam necessários outros componentes para decifrar o áudio e as legendas. Esse equipamento é um subsistema do set-top box que converte o sinal digital em analógico para ser transmitido nas televisões convencionais”, destaca o doutorando Fábio Pereira.

O Lapsi tem uma estação de TV experimental para testar os avanços das pesquisas. “Conseguimos gerar programas com diversas codificações. Como as emissoras têm um conjunto restrito de padrões de difusão do sinal digital, testamos os tipos de códigos para diferentes padrões de transmissão de áudio e vídeo”, complementa Susin em relação à restrição das emissoras abertas.

Interatividade tartaruga – Um espectro de possibilidades para a interatividade se abriu com a implantação do sinal digital. Da mesma forma que se esperava comprar qualquer produto anunciado na tela da televisão, se vislumbrou a oferta de serviços voltados ao cidadão. Imaginava-se uma parceria com o SUS para agendar consultas ou o acesso a aulas do ensino a distância a partir do próprio sofá. Contudo, desde a primeira transmissão não analógica, pouco da tecnologia interativa evoluiu no país.

A técnica existe, mas o acesso foi dificultado, conforme o professor da Universidade Federal de Santa Catarina Fernando Cronomo. Há cinco anos, o especialista em video-difusão alertou que a programação digital poderia estrear, por exemplo, com um documentário produzido por estudantes sobre a caça ilegal às baleias de Imbituba.

Programas que poderiam interessar públicos específicos, porém não ganharam fôlego para serem produzidos. “Em parte pela falta de incentivo à experimentação, mas também pelo longo tempo gasto até definir o software utilizado para a interatividade na televisão. Portanto, as novas televisões precisam oferecer o software para o padrão japonês-brasileiro. É ele que permite o envio de respostas à interatividade proposta na TV.”

Por outro lado, uma produção regionalizada precisa ser feita por meio de convênios entre escolas ou emissoras de televisão que disponibilizem apoio técnico e equipamentos para grupos que queiram produ-

zir sem a interferência comercial. “As iniciativas existem, mas em nível embrionário para se utilizar em transmissões abertas, e têm ficado mais no âmbito acadêmico”, ressalta o coordenador da TV da UFSC, que inaugurou, em maio deste ano, a programação em sinal digital aberto. O professor ressalta que o caminho da experimentação, sem o compromisso com a audiência, poderia propor uma televisão mais criativa e voltada para o cidadão.

Individualismo digital – No caminho da inovação em programação televisiva, existe a eterna pergunta sobre o que interessa ao telespectador. Enquanto a TV aberta conseguiu encontrar um modelo cujos programas são direcionados a muitos públicos com os mais diversos gostos e credos, a digital tem como desafio um consumidor acostumado à era da informação. Com a web ao alcance, as pessoas querem assistir a uma programação cada vez mais individual, seja na TV, no smartphone ou no tablet. “As possibilidades da TV digital se efetivam somente na qualidade da transmissão. Compro o aparelho e tenho a transmissão full HD, além de algumas opções de interatividade nas smart TVs. Mas as produtoras de conteúdo não modificaram o conteúdo. As telenovelas e os telejornais continuam iguais”, destaca a professora da UFSC Cárilda Emerim.

Essa gama de possibilidades se torna um dilema para quem faz televisão. As emissoras tradicionais buscam se beneficiar dos efeitos da internet sobre a transformação do modo de ver TV, mas mantêm o modelo de audiências e receitas massivas, que, segundo pesquisadores da área, está em vias de deixar de existir. “O lado positivo dessas incertezas é que podem ser buscadas novas linguagens. Mas, ao buscar o que as pessoas gostam, como os produtores vão ter um parâmetro do que é bom? O gosto individual pode ser antiético, ilegal ou baseado somente no escracho, e a televisão aberta precisa manter um equilíbrio”, observa.

Perspectivas – Ao contrário dos mais pessimistas, a pesquisadora acredita que a TV aberta não vai acabar. Porém, considera que a redução nos números do Ibope é irreversível. Assim como os cinemas não acabaram, mas se mudaram das calçadas para os shoppings, a transmissão aberta também deverá se reconfigurar. Uma das alternativas é a segmentação. “Ao querer agradar a todo mundo, cada vez mais se corre o risco de desagradar a todos. Por isso, as emissoras têm de se libertar dessa corrida para ser o Youtube na TV”, aponta Cárilda.

Antes de segmentar, é necessário conhecer melhor os telespectadores por meio da flexibilização das pesquisas de audiência que hoje são caras e demoradas. “Os jovens não se apegam à TV aberta. Se tiverem interesse em um programa, irão procurá-lo no Youtube.” As parcerias das emissoras de TV com o Twitter e o Facebook também estão crescendo com a divulgação de programas e comerciais pelas #hashtags. As ferramentas podem se tornar obsoletas em breve, mas a criatividade vai continuar em alta.



Tecnologia que vem do pó

Engenharia

Equipe de pesquisadores desenvolve novos materiais para geradores eólicos

Após a crise mundial do petróleo, nas últimas décadas, a utilização e a procura de energias renováveis vêm crescendo significativamente. Entretanto, os problemas ambientais provocados pelo uso de combustíveis fósseis e a constante subida do seu preço ainda não são fatores suficientes e capazes de reduzir os 85% da energia consumida que provém dessas fontes. Em tempo de novas dificuldades econômicas e pressões da sociedade civil por uma via de crescimento sustentável, mais do que nunca parece necessário adotar alternativas que substituam a matriz fóssil de energia e que possam minimizar as consequências e os danos ocasionados na atmosfera pela liberação de gases poluentes. Uma das formas mais antigas de captação de energia são os moinhos de vento, sendo a atual energia eólica que conhecemos a transformação da energia cinética dos ventos em energia elétrica.

Nesse contexto, o Grupo de Desenvolvimento em Energias Renováveis (GDER), vinculado ao Laboratório de Transformação Mecânica (LdTM) da UFRGS, que visa aperfeiçoar a tecnologia de conformação mecânica nos projetos de pesquisa, trabalha com a inovação. Situada no Centro de Tecnologia (CT) do Câmpus do Vale, a equipe de mestrandos e doutorandos, coordenada pelo professor Lírio Schaeffer, atua na área de energias renováveis, com ênfase na pesquisa de novos materiais para pequenos geradores eólicos, aplicando o processo de metalurgia do pó.

Em teste – Graduados em Engenharia de Controle e Automação, Monir Göethel Borba e Felipe



Monir Borba e Felipe Ramos, do Grupo de Desenvolvimento em Energias Renováveis da UFRGS, testam o funcionamento de um aerogerador

Guimarães Ramos acompanham, desde abril deste ano, o funcionamento do aerogerador instalado no Câmpus Agronomia. “Por enquanto, ele abastece integralmente um dos computadores do laboratório. Não temos como monitorar nem medir a quantidade de energia captada, mas conseguimos saber e registrar quando o fornecimento é baixo”, explica Felipe. Ele ressalta ainda a parceria estabelecida entre o grupo e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) no início de 2011 para a implantação de outro equipamento, com 18 metros e capacidade de 7,5kW, na área do Parque Natural Morro do Osso, em Porto Alegre.

Além dos recursos públicos recebidos por meio do repasse de verbas destinadas à Universidade, o Laboratório conta com investimentos provenientes de projetos

de pesquisa financiados por órgãos federais e estaduais, CNPq e Fapergs respectivamente, e fundos da iniciativa privada. Entre as mais recentes investigações dos pesquisadores estão o aproveitamento do calor residual gerado na forjaria para a produção de energia elétrica e a obtenção de eletrodos porosos resultantes da metalurgia do pó para aplicação em baterias.

Custos reduzidos – A metalurgia do pó é um processo de fabricação no qual alguns punhados de resíduos de aço e outras ligas metálicas são utilizados como matéria-prima e transformados em múltiplas peças. Apenas a partir da década de 60, a técnica começou a se disseminar pela criação de novas máquinas que permitissem a produção de sólidos por meio do pó. Entretanto, tal tipo de engenharia vem sendo

aplicada pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, ainda se convive com uma fase de consolidação da tecnologia. Em vez de dispor de barras ou chapas como nos métodos tradicionais empregados nas fábricas, o composto, obtido por meio da moagem ou da atomização a gás ou a água, é colocado em uma matriz, prensado até assumir uma forma e, ainda, conduzido ao forno. “A peça sai praticamente pronta para ser usada, quase não havendo desperdício de material. O aproveitamento é geralmente acima de 95%”, afirma Monir.

Na maioria das vezes, o procedimento se torna uma alternativa de produção para componentes de automóveis, relógios, celulares e equipamentos médicos. Até o momento, o mecanismo ainda é restrito à montagem de objetos de não mais de 2 kg, pois somente

para estes existem equipamentos capazes de proceder à conformação dos produtos metálicos.

Além de representar uma opção mais adequada à preservação ambiental à medida que permite uma economia na utilização de energia elétrica usada nos fornos, a metalurgia do pó também possibilita a diminuição de custos de produção e agiliza o desenvolvimento de materiais, ao eliminar alguns estágios do processo de fabricação. Economicamente mais vantajosa frente a outras peças obtidas por meio de processos clássicos, a tecnologia proporciona a elaboração de motores até 15% mais leves, com menor consumo energético, alta eficiência e excelente acabamento superficial.

Bárbara Gallo, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Enfim, livre

Foi quando o amigo pescador de uma então prainha desconhecida do litoral me perguntou o que eu havia estudado. Letras, respondi. Ele arregalou os olhos como quem via passar alguma possibilidade. Era uma pessoa admiravelmente pragmática. Ah, letras... Vais, então, fazer uma coisa pra mim. Escrever em uma placa o seguinte: Restaurante, Imobiliária e Peixaria do Marcelino. Bem, dada a minha fecunda habilitação em letras e preocupado com a reserva de mercado, não pude recusar tarefa tão específica. E me veio lá ele com uma pequena prancha, pincel e tinta. Pinte!

Por tantos anos fazendo revisão de textos, não sei ao certo se essa profissão

(não regulamentada!) de revisor se justifica ou se ela acontece apenas pela ineficiência do ensino. E nem me refiro exclusivamente ao ensino de língua portuguesa, mas ao trabalho de todas as áreas, que todas têm de fazer dos que aprendem seres proficientes na escrita da língua portuguesa.

Sobre isso há interessante publicação organizada por professores da Universidade cuja abordagem deve(ria) ser encarada com seriedade pelo magistério (*Ler e escrever: um compromisso de todas as áreas*, da Editora da UFRGS). Mas, é claro, esse conceito de corresponsabilidade tem de se produzir como um organismo, pois é preciso que educadores sejam formados por professores que tenham tal perspectiva pedagógica.

Assim, talvez em um sonho de ociosa

desvalia, presenciaria a rara e oxalá prescindível existência de revisores. Poderia perseguir, enfim, uma vida talvez nem tão tranquila de marsupial (não nos iludamos!), desvinculado ao menos das questões tão pequenas, mas de tão graves consequências, que são as apressadas capacidades dos escreventes.

Não importam, afinal, os resultados das pesquisas, após anos de estudos? Imaginemos a redação final de uma dispendiosa investigação apresentada ao mundo com orelhas no lugar do nariz, olhos nas cavidades auditivas. Pois esse pode ser o efeito de um texto mal construído. Já não bastam as dificuldades da pesquisa?

Creio haver certo afrouxamento nos objetivos inerentes ao ensino da produção

textual, como a necessidade de o texto ser claro, coeso, concatenado, resultado de práticas dialógicas.

Com toda a disposição dos acadêmicos das licenciaturas, temos de abrir frentes nas políticas de ensino da língua portuguesa para que se levem em consideração os avanços produzidos nas áreas dos estudos da linguagem. Essa questão tem um componente estratégico, em termos de se horizontalizar, para além da farsa da democracia, a sociedade falante do português brasileiro.

Se essa realidade não mudar nos próximos anos, pedirei asilo à comunidade marsupial. Vou morar numa praia e me dedicar, enfim, às letras. Com pincel, tinta e tabuleta.

Graduação à noite

Odontologia Estudantes trabalhadores avaliam os desafios de frequentar o curso noturno

Sentados ordenadamente em bancos que formam uma fila ao longo do corredor, pacientes de todas as idades aguardam em silêncio a chamada para o atendimento. Homens, mulheres e idosos distraem-se entre um comentário e outro, folheando páginas de revistas e observando o vaivém de equipamentos e jalecos. Os ruídos que vêm da sala vizinha instigam a imaginação dos mais fantasiosos, provocando apreensão

em muitos daqueles que estão do lado de fora. Porém, ao cruzar a porta de entrada do ambulatório da Faculdade de Odontologia, a simpatia e a cordialidade dos alunos que recepcionam o recém-chegado tranquilizam e transmitem confiança aos temerosos visitantes. Cobertos da cabeça aos pés com toucas e sapatos fechados, os futuros dentistas confundem-se na alvura que permeia objetos, mobília e uniformes no ambiente. Cadeiras reclinadas e dispostas perfeitamente em simetria, tal qual a linha de montagem de uma produção industrial, esperam a aproximação de mais um paciente. Ao tomar assento, quem se entrega aos cuidados dos ainda pouco experientes estudantes recebe em troca o sorriso no olhar estampado por trás da máscara cirúrgica. Quando o relógio acusa 18h30, a aula de Clínica está prestes a começar.

Criado a partir dos preceitos do

Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), o curso de Odontologia Noturno da UFRGS vigora desde 2010 na instituição, ano no qual ingressou a primeira turma de 30 alunos. Desde então, o principal intuito do seu projeto político-pedagógico, elaborado para orientar as diretrizes no surgimento da nova alternativa de graduação, tem sido pensar em uma forma de inserção do estudante trabalhador no ensino superior.

Projeto inclusivo – Professor titular de Periodontia, Cassiano Rösing, à época coordenador da Comissão de Graduação e participante da idealização da iniciativa, afirma que antes da implantação da proposta o perfil dos alunos era bastante homogêneo e, portanto, de fácil caracterização. “Anteriormente, (o curso) não era aberto a quem quisesse ou precisasse trabalhar e se dedicar aos estudos ao mesmo

tempo, pois a forma de organização da faculdade não oportunizava esse caminho. Com a abertura das aulas noturnas, pode-se observar que não só foram agregadas pessoas de níveis socioeconômicos diferentes como também de diversas faixas etárias. Possibilitar esse espaço para que outras figuras sejam incluídas no universo acadêmico é muito enriquecedor e gratificante”, explica. Ele ainda ressalta a importância desse fator para a construção de uma universidade de qualidade.

A estruturação do currículo foi objeto de ampla reflexão, pois além da manutenção de especificidades de cada área era essencial preservar a formação integral dos discentes. Desse modo, preferiu-se adotar uma forma mista que contemplasse disciplinas e estágios, e que simultaneamente permitisse que o processo de ensino e aprendizagem se desse pela aquisição de competências e habilidades.

Contudo, tal escolha não foi indiferente às críticas resultantes da duração da nova modalidade de curso, a qual teve de ser necessariamente estendida, a fim de contemplar todos os aspectos para a diplomação desejada pelos docentes. “A carga horária foi planejada para que se pudessem desenvolver atividades curriculares diretas em torno de 20 horas por semana. O Curso de Odontologia noturno tem oito anos, com integração de conteúdos desde o primeiro semestre, sendo todas as cadeiras interdepartamentais e, nessa modalidade, ministradas exclusivamente no período da noite, das 18h30 às 22h30. Nesses 16 semestres, os 336 créditos obrigatórios são completados por oito créditos eletivos, 16 créditos em atividades complementares e 64 em estágios extras. Só assim somos capazes de oferecer o mesmo ensino qualificado ao qual os alunos do diurno têm acesso”, reitera Rösing, acrescentando que graças à priorização desse funcionamento praticamente inexistem diferenças entre a avaliação no desempenho dos alunos do curso em ambos os turnos.

Objetivos variados – Natural de Caxias do Sul, Thiago Rodrigues, de 23 anos, preferiu destinar o período da noite para investir na sua formação acadêmica. Depois de ser aprovado em concurso público para os Correios na capital, a rotina de Thiago se desdobra entre as aulas, o trabalho – que ocupa as madrugadas da meia-noite às 8h –, o espaço das 9h às 12h para pôr os estudos em dia e poucas horas de sono e descanso antes de se encaminhar novamente à faculdade. “A vantagem desse esquema é que ele propicia que as pessoas que precisam trabalhar e não desejam abrir mão de fazer uma graduação possam dar conta de tudo. É claro que nos fins de semana vou ter pouco tempo para o lazer. É bastante estressante, mas o aluno trabalhador tem de se organizar porque é o único jeito”, conta o graduando, que atualmente mora na Casa de Estudante

do Câmpus Centro e, a cada dois ou três meses, retorna ao interior para visitar a família.

Entretanto, as pessoas que se encontram e frequentam o curso noturno geralmente possuem personalidades, origens e objetivos dos mais variados, e assim todos os colegas têm uma história de vida única para compartilhar.

É o caso de Eliane Regina Cardoso, nascida no município de São Luiz Gonzaga e residente por muitos anos em Brasília. Ela é formada em Gestão Empresarial pela UFRGS, tem 27 anos e o curso de Pedagogia incompleto. Trabalhando como bolsista na Faculdade de Medicina no período da manhã, das 8h às 12h, o horário mais flexível do novo expediente permite agora que Eliane consiga intervalos para repousar mais facilmente.

Para a aluna, que se adaptou à mudança de horários das tarefas no dia a dia, devem-se pesar e analisar tanto os fatores positivos quanto os negativos dessa modalidade de ensino antes de dispensar energia, tempo e empenho por oito anos. “O lado bom de fazer o curso noturno é que as turmas são bem menores, e por isso temos afinidade com os professores. Eles nos conhecem melhor e acabam até sabendo das dificuldades de cada um, ajudando da melhor maneira na medida do possível. Isso, para mim, é indispensável”, pondera.

Mas ela enumera também pequenas falhas a serem reparadas. “A biblioteca, por exemplo, fica aberta somente até as 20h30. Quando somos liberados das aulas, nunca podemos acessá-la. Se precisarmos de algum livro, somos obrigados a chegar mais cedo. Os colegas que trabalham à tarde normalmente já se atrasam para a aula, então conseguir um tempo para passar na biblioteca se torna impossível”, relata.

Transcorridos três anos da implantação do curso, são visíveis inúmeras alterações internas na Unidade. O incremento de 25% no quadro de servidores acompanhou o desenvolvimento do curso noturno, suprimindo as possíveis lacunas que os alunos ingressantes pudessem encontrar em termos de infraestrutura e pessoal. Devido às aulas práticas no turno da noite e à possibilidade de atendimento depois das 18h, a procura por tratamento também aumentou e o número de pacientes recebidos nos dois períodos do dia se equivale, bem como a taxa de evasão em ambos os cursos e a disputa por vagas no processo vestibular.

Para os estudantes que não têm condições de pagar pelos instrumentais, que devem ser adquiridos obrigatoriamente durante os oito anos da graduação, é possível consultar a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) para saber de que forma podem ser obtidos os benefícios dentro da Universidade, que auxiliam também nesse aspecto.

Bárbara Gallo, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Devido às aulas práticas à noite, cresceu o número de pacientes atendidos na clínica da Faculdade



Cultura lúdica e comportamento infanto-juvenil na era digital

Tânia Ramos Fortuna*

O fato de, atualmente, a maioria dos indivíduos tomarem contato com o mundo pela tela do computador ou da televisão determina formas de cognição diversas daquelas que, por várias décadas, influenciaram nosso modo de pensar.

Essa situação, característica da contemporaneidade, e particularmente beneficiada pela globalização, incide, é claro, sobre o comportamento infantil, levando a questionar: qual o impacto dessas mídias no brincar, no valor atribuído à brincadeira e à diversão, até no repertório de jogos e brincadeiras das crianças de hoje? Estarão algumas brincadeiras e a própria capacidade de brincar correndo risco de extinção?

São numerosos e alarmantes os efeitos da interação com as novas tecnologias sobre o comportamento infanto-juvenil, identificados por pesquisadores, e deles é possível deduzir um marcante impacto na cultura lúdica.

Psiquiatras e psicólogos acusam o prejuízo causado pelos meios eletrônicos à nossa capacidade de escolha, devido ao controle do espaço interno exercido pelos estímulos externos, que direcionariam as atividades psíquicas conscientes e inconscientes. A capacidade de criar, pensar e analisar criticamente estaria sendo afetada. Alguns dos produtos desses meios eletrônicos, graças à produção de um estado de tensão constante, não deixariam tempo para a elaboração interior de seu conteúdo. Considerando em especial o brincar, soma-se a esses possíveis efeitos dos meios eletrônicos o fato de que imporiam seu próprio ritmo lúdico, sem considerar a capacidade incipiente das crianças e dos jovens de exercer autocontrole sobre suas atividades. Seu alto poder de imersão facilitaria a emergência do comportamento compulsivo, criando condições favoráveis à instalação da adicção. Reféns da busca constante de satisfação instalada pelo flow (estado de experiência máxima) e sem experimentar as consequências concretas dos próprios atos no ambiente lúdico virtual, as crianças teriam diminuída a sua capacidade de tolerância à frustração.

A maioria dos estudiosos do comportamento humano que criticam as novas mídias está de acordo quanto a uma coisa: a cultura lúdica digital potencializaria a solidão, o isolamento e a abdicação de contatos sociais reais.

Mas não é necessário recorrer a estudos científicos para se perceber que as condições propícias para os contatos sociais reais, entre as crianças de hoje, são cada vez mais raras, sobretudo nas grandes cidades. Oriundas de famílias com menor número de filhos, distantes dos demais familiares devido à lógica da vida urbana e das novas configurações familiares, essas crianças têm escassas oportunidades para brincar umas com as outras: a rua é vista como ameaçadora, e ir à casa de um amigo é difícil, implicando deslocamentos por vezes onerosos e tempo disponível de adultos que possam levá-la.

Em contrapartida, o único momento da rotina escolar permitido à brincadeira é o recreio, cujos 15 ou 20 minutos são, também, destinados a merendar, tomar água e ir ao banheiro. Como se pode perceber, a infância contemporânea é vivida indoor.

Há quem identifique, inclusive, um



O único momento da rotina escolar permitido à brincadeira é o recreio

“déficit de natureza” na infância atual, dado que as crianças estariam crescentemente sedentárias, sem contato com o ambiente natural e sem oportunidades para praticar atividades ao ar livre.

À criança resta brincar sozinha dentro de casa. Diante desse panorama sombrio, a indagação se revigora: afinal, de que maneira a cultura lúdica, com seu vasto repertório de jogos e brinquedos, e que integra o patrimônio cultural da humanidade, será conhecida no futuro?

Que tempo e espaço para brincar ofertamos às crianças de hoje?

Observe-se que a transmissão dessa cultura ocorre nas trocas intra e intergeracionais: tanto a invenção quanto a difusão de práticas lúdicas requerem tempo, espaço e parceiros. É brincando que as brincadeiras são aprendidas e ensinadas.

Antes de responder a essas indagações,

examinemos o que outros tantos estudiosos têm propalado acerca das vantagens da era digital para o comportamento humano, especialmente o das crianças. Um desses benefícios diz respeito à ampliação das funções cognitivas, que seriam estimuladas pelos sentidos em jogo na exploração das novas tecnologias, tais como tato, visão, audição e sinestesia. Muitas delas forneceriam ao usuário o controle de uma ampla variedade de fluxos de informação e comunicação, sendo propícias ao desenvolvimento da autonomia e da iniciativa na busca do conhecimento. Aliás, os recursos de mobilidade e a maior autonomia no controle desses meios eletrônicos concorreriam para isso, dada a possibilidade de permitirem selecionar a informação de modo eficiente, adequado e imediato, conforme as necessidades de cada um. Disso decorreria uma perda de tolerância em relação aos modos passivos de aprendizagem, com rejeição às formas tradicionais de ensino.

Tais comportamentos estariam em sintonia com as novas competências cognitivas, em termos de velocidade, capacidade de manipulação de modelos complexos e descoberta de regras não explícitas por meio da exploração autônoma ou induzida. Nessa perspectiva, crianças e adolescentes com larga experiência com meios eletrônicos teriam mais possibilidade de êxito no mundo altamente tecnológico.

Vários estudiosos enfatizam o potencial das novas tecnologias para a ampliação do conhecimento e da cultura, devido aos desafios propostos, o que suscitaria a curiosidade e o interesse. Eles também defendem que, graças às trocas online na internet, muitos dos jogos eletrônicos instaurariam um tipo de sociabilidade capaz de contrarrestar a tendência à solidão infantil nas grandes cidades. Apesar da imperiosa necessidade de mais estudos a respeito dos efeitos das tecnologias no comportamento humano, elas desempenham um importante papel na configuração da subjetividade contemporânea e na forma de brincar atual. Como respondem eficazmente à solidão e ao sedentarismo infantil e estão em sintonia com alguns dos valores centrais da nossa época – sucesso e rapidez, por exemplo –, tendem a se impor no contexto da cultura lúdica. Sua hegemonia pode, inclusive, prejudicar a preservação da cultura lúdica tradicional. Porém, acreditamos que isso possa ocorrer não por causa dos novos meios lúdicos em si mesmos, mas pela eventual impossibilidade de as crianças brincarem e interagirem umas com as outras e com outras gerações. Mas o que não se pode é contestar a legitimidade dos modos de brincar da era digital.

Reiteramos que o que garante a vivência e a propagação da cultura lúdica é o próprio ato de brincar, o qual requer diferentes formas de interatividade, o que significa “ação entre”. Ou seja, é preciso agir (agir de fato e agir simbolicamente, em pensamento, o que quer dizer operar) e trocar (consigo mesmo e como outro, real e – por que não? – virtualmente).

Mas, se é importante garantir às futuras gerações o direito de brincar, por meio do qual elas terão acesso às formas milenares de brincar, assim o é porque brincar é, em si mesmo, um direito pelo qual a própria vida se afirma, já que, como forma de expressão e compreensão, tornamo-nos quem somos brincando. Não se trata, contudo, de agir na perspectiva do “resgate” ou da mera preservação do direito de brincar e das próprias brincadeiras, enrijecendo uma manifestação cultural que é, por excelência, dinâmica. Se algumas brincadeiras desaparecem ou são substituídas, devemos nos questionar sobre quais são as condições atuais para experimentá-las: será que nós, adultos, não estamos renunciando ao nosso papel de mediadores dessa cultura? Que tempo e espaço para brincar ofertamos e partilhemos com as crianças e os jovens de hoje?

Brincadeiras antigas como sapata, bolinha de gude ou passa-anel, por exemplo, correm o risco de extinção se as crianças não tiverem com quem aprendê-las, tampouco onde e com quem brincar. Somente assim poderão transmitir-las, no futuro, a outras crianças. Não é por menos que o problema deixa de ser ‘dar ou não dar um tablet como presente de Natal a uma criança’ para converter-se em ‘assumirmos ou não o papel de mediadores consequentes da cultura, na qualidade de responsáveis pelas novas gerações’.

*Doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da UFRGS, coordenadora geral do Programa de Extensão Universitária “Quem quer brincar?” (www.ufrgs.br/faced/extensao/brincar)

Herdeiros de Paulo Freire

Educação

O educador popular peruano Oscar Jara alicerçou na obra freiriana sua prática em diferentes países

Jacira Cabral da Silveira

O sociólogo e educador peruano Oscar Jara esteve em Porto Alegre, participando do Salão UFRGS 2013, que ocorreu de 21 a 25 de outubro. Durante o evento, ele ministrou oficina, proferiu uma palestra e concedeu entrevistas a jornalistas e estudantes de diferentes áreas.

Diretor do Centro de Estudios y Publicaciones Alforja – San José/Costa Rica e coordenador do Programa Latino-americano de Apoio à Sistematização de Experiências e do Consejo de Educación de Adultos de América Latina (CEAAL), Oscar é uma das principais referências da metodologia e da prática em Sistematização de Experiências. “Esse método é uma interpretação crítica de uma ou de várias experiências que, a partir da sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido: os fatores que intervêm, como se relacionam entre si e por que sucederam dessa forma”, explica o educador.

Foi na década de 70, época em que começou a lecionar para jovens e adultos, que Oscar se aproximou da obra de Freire, cujas contribuições – segundo ele – vão além das inovações metodológicas de ensino.

Em entrevista coletiva a jornalistas da UFRGS, Jara conversou sobre seus primeiros contatos com movimentos educacionais brasileiros, relatou experiências atuais em Educação Popular na América Latina e fez algumas reflexões a respeito do papel da universidade.

Como foi se aproximar da obra de Paulo Freire?

Quando li *Pedagogia do Oprimido* (anos 70) foi num momento em que tudo aquilo que eu tinha vivido fazia sentido. Era como ler minha experiência através daquelas palavras. Desde aquele momento, deu-se um processo em que a lógica do pensamento de Freire e seu olhar sobre as coisas foram fazendo parte de minha formação como educador, e de minha maneira de ver o mundo também. Muitos anos depois, em 1983, eu o vi pela primeira vez na Nicarágua, durante um Encontro Internacional de Educação Popular. Foi muito legal encontrar a pessoa que havia influenciado tanto a minha visão de mundo. Mas o contato maior com ele se deu em 1986/88, quando vim ao Brasil para trabalhar em São Paulo com formação metodológica de lideranças junto a

ONGs que atuavam com educação popular. Foi uma oportunidade de conhecer esse movimento que vinha sendo gestado com as ideias que ele havia inspirado. O Brasil vivia sob o governo militar e as obras de Paulo Freire ainda não circulavam.

Essa aproximação do ponto de vista teórico ampliou o espectro da educação popular inspirada no educador brasileiro?

Até há pouco, a educação popular era considerada uma modalidade de educação restrita a técnicas, a uma metodologia ou a processos de educação de adultos, ou à educação marginal e não formal. Mas agora consideramos que ela é realmente outra concepção de educar, que embute outra concepção do papel da educação nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais. Tem a ver com processos de conhecimento e transformação da realidade, com vinculação entre prática e teoria, que por sua vez tem a ver com visar aos problemas reais para identificar objetos de conhecimento e de transformação. Portanto, a educação popular perpassa todas as modalidades educativas.

Enas universidades, como se dá?

Significa compromisso ético e político, significa desenvolver as capacidades de pesquisa e de pensamento, e não só transmitir ideias estabelecidas, mas construir a capacidade para produzir conhecimento. Essas instituições normalmente estão a serviço das elites. Porém, cada vez mais, elas estão buscando ser universidades públicas, gratuitas, inclusivas. E têm também a responsabilidade de criar novas concepções entre as pessoas que detêm o poder, porque elas foram formadas nessas universidades. Durante mui-

to tempo se pensou que, para que se pudesse exercer um cargo público, tinha-se de passar pela universidade, porque quanto mais tempo você ficasse nela, supostamente, teria maior capacidade para fazer. Mas a história tem demonstrado o contrário. Existem inclusive pessoas que não passaram pela universidade e demonstram ser melhores governantes que outros, como os casos de Lula e de Evo Morales.

Qual o panorama da educação na América Latina?

Há três aspectos importantes nesse sentido. O primeiro é que, nos últimos anos, têm-se produzido um debate muito grande em torno do tema da cobertura da educação. O maior problema é que as pessoas que ingressam nos sistemas formais não concluem os cursos. Elas são expulsas, ou seja, o sistema as expulsa porque não respondem às realidades. Vários programas oficiais de educação formal têm por objetivo incorporar mais pessoas ao sistema, mas não mudam o sistema para que elas encontrem sentido na escola. O segundo debate é o tema da qualidade, que muitas vezes tem a ver com o acúmulo de conteúdo, a quantidade de horas, como se isso fosse medir a qualidade, e não o compromisso social que tem o seu trabalho na escola com a realidade e os conhecimentos gerados a partir disso. Um terceiro elemento é a responsabilidade da educação formal com todas as formas educativas existentes na sociedade. Por vezes, pensamos que educação é igual à escola, mas nossa educação talvez aconteça mais fora do ambiente escolar do que dentro dele. A escola pode desempenhar um papel muito importante, na medida em que tem recursos, tempo e pessoal dedicado

para que todas essas outras condições de educabilidade permitam uma formação. O desafio da educação formal é pensar para além dela, a fim de converter-se num fator contribuinte aos processos de formação.

Poderias citar exemplos concretos?

Na Bolívia se criou todo um currículo integrado e intercultural a partir da ideia de um país multicultural. Portanto, a educação que ensinava o castelhano e a educação cívica republicana como forma de incorporar as populações indígenas a um estado não indígena, na Bolívia e também na Guatemala, está tentando trabalhar com um currículo mais aberto, utilizando não apenas outras línguas, mas outras concepções existentes nesses países. Acho que isso está iniciando uma nova visão ainda em processo. Na Nicarágua, no tempo da revolução sandinista, se trabalhou com a ideia de currículo integrado. Era um período de muitas transformações pedagógicas e metodológicas que infelizmente não tiveram continuidade. Na Colômbia e na Costa Rica, ocorrem com muita força movimentos pedagógicos liderados pelos próprios professores, especialmente os do ensino médio. Se antes eles se juntavam aos sindicatos com reivindicações exclusivamente de salários, agora encontro em quase todos os países latino-americanos movimentos de renovação pedagógica – as chamadas expedições pedagógicas. Em 2001, no Rio Grande do Sul, participei do programa MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos – 1999-2001) com a Secretaria Estadual de Educação de Jovens e Adultos, quando se criou a Constituinte Escolar. Esse processo

durou vários meses, de forma muito participativa, envolvendo professores, pais, membros de organizações sociais, do movimento dos sem-terra, sindicatos e cooperativas. Não sei o que aconteceu depois, mas para mim foi uma experiência rica de diálogo entre uma entidade governamental que fez um processo de consulta aberta e um trabalho técnico que privilegiou a participação popular. Em muitos países, as reformas educativas são feitas entre quatro paredes, trazendo especialistas de outras nações, e não se cria um diálogo com a população. Existe também o tema das reformas educacionais, que não são acompanhadas de mudanças no plano econômico, político e social. Isso significa muitas vezes a descontinuidade dos próprios governos. A Educação tem sempre de fazer parte de um projeto unitário e não ser pensada como um projeto à parte.

Isso quer dizer que a evolução de uma proposta de educação não está dissociada de políticas públicas que a viabilizem?

Tem que ser parte dessas políticas públicas. Lembro o relato de uma educadora no México: depois de um tempo, o trabalho que ela fazia se incorporou a um processo de fornecer café da manhã na escola como parte de um programa integral de nutrição. Um aluno de uns sete anos de idade disse a ela: “Olha, agora eu posso escutar melhor você, porque o barulho que eu tinha no meu estômago não me deixava ouvir”. É muito simbólica essa ideia, especialmente entre pessoas adultas que tenham convivido com a má nutrição. A dificuldade para ler, por problemas de visão, é outra realidade entre os alunos de EJA. São barreiras que temos de vencer.



Para Oscar Jara, o desafio da educação formal é pensar para além dela, a fim de contribuir para os processos de formação



GUSTAVO DIEHL/JU



Robert Alexy diz que não basta alegar boas razões para ter direito, é preciso lutar por ele

Jurista da liberdade

Honoris Causa Para Robert Alexy, o direito à felicidade deve estar acima do combate ideológico

Samantha Klein

O alemão Robert Alexy, cuja obra *Teoria dos Direitos Fundamentais* foi traduzida para mais de vinte idiomas, atualiza e reforça conceitos sobre os direitos humanos. Ao receber o título de Doutor Honoris Causa da UFRGS, o jurista defende que a liberdade das pessoas, seja para ter um relacionamento homossexual ou realizar um aborto, deve preponderar aos preconceitos ou determinações de uma legislação estatal. O professor da Universidade de Göttingen também sustenta que um Estado precisa ser livre de

ditaduras espirituais ou militares, a fim de não violar os direitos do homem, que são universais, portanto, eternos.

Qual é a sua definição para os direitos do homem?

Penso que existem cinco características, e a primeira delas diz que os direitos humanos valem para todas as sociedades. Eles não apenas valem no nosso sistema solar, mas no universo (porque pode existir vida em outros planetas). Em segundo lugar, são fundamentais, no sentido de serem realmente importantes para a vida. Terceiro, são abstratos,

como a liberdade de religião. Apesar de ser um direito universal, a liberdade de culto é compreendida de forma diferente em estados islâmicos e no Ocidente. Significa que abstratamente se diz que se é livre para crer, mas nos casos concretos isso não se sustenta e há conflitos. Quarto, são direitos morais. Os direitos humanos são fundamentados moralmente, não é necessário que um legislador os aprove nem que esteja na base de um contrato internacional. A quinta característica é a prioridade. Nenhum legislador pode anular os direitos do homem. Eles existiam durante o III Reich,

na União Soviética de Stálin e na Revolução Cultural de Mao Tsé Tung. Para serem violados, precisam existir.

Na sua visão, existem colisões entre os direitos fundamentais e os direitos humanos. Como o senhor trata o direito da mulher e o aborto?

A questão principal é a proibição por motivos religiosos. Um Estado não deve impor proibições e sanções em nome de argumentos divinos. Quando isso acontece, há uma clara colisão de direitos. Temos em uma mão o direito à vida do nascituro, na outra o direito da mulher ao livre desenvolvimento da sua personalidade. Todo o sistema jurídico está cheio dessas colisões. Por isso a ponderação é um dos pontos principais em todos os sistemas de Direito no mundo. Quando existe o risco de vida, é mais fácil solucionar a questão. Inequivocamente o direito da mulher tem preponderância e acredito que não seja contestado por ninguém. Outros problemas que emaranham as decisões são aborto após estupro ou casos de crianças doentes. Na Alemanha, há ainda a questão da mulher que quer fazer a sua carreira. Anteriormente, ela tinha de cuidar dos filhos. Hoje é diferente, e ela pode pensar em um aborto a fim de não comprometer o trabalho e a sobrevivência financeira. Na Europa, o aborto não é mais uma questão política, mas em muitos países ainda é um problema de política e religião.

Após a Primavera Árabe e o episódio recente do ataque químico na Síria, houve avanço dos direitos humanos nesses países?

A Primavera Árabe despertou muita esperança, mas agora é um grande problema. Há um pequeno grupo de pessoas liberais, mas existem muitos fanáticos religiosos, e eles usam os direitos do homem com o objetivo de fundar um estado divino. Um estado de Deus é uma violação dos direitos do homem, porque a liberdade de religião é o direito de crer ou não. Todos os direitos do homem têm caráter duplo. Trabalhar ou não, casar ou não, ter filhos ou escolher não tê-los, manifestar opinião ou calar. Se este não é o caso, os direitos do homem foram violados. No Egito, tivemos a grande tragédia com a tentativa de fundar um estado divino. Cada ditadura é ruim, por isso estou preocupado com o desenvolvimento nos estados do Oriente Próximo.

Como o senhor vê a possibilidade de tribunais internacionais e organizações como a ONU e a OEA interferirem em questões nacionais?

O direito penal internacional é um passo importante para internacionalizar os direitos do homem. Alguns chefes de estado, como o do Sudão, não podem viajar ou serão presos. Isso é fácil resolver. Difícil é decidir sobre a intervenção com o uso da força. Minha opinião é que uma guerra somente é admissível com a aprovação do conselho da ONU. Sou contra alguns estados decidirem, isso contradiz os direitos universais do homem. O que é universal também tem um caráter procedimental, e toda humanidade precisa decidir, não somente um grupo. Em geral, são dois estados

que colocam o veto: Rússia e China. Se há o veto, não há nada a fazer. Nesse sentido, é necessário um discurso mundial para criticar esse veto. Nunca se pode ter certeza se os estados ocidentais vão atuar só no sentido moral, pois, frequentemente, há interesses econômicos envolvidos, por isso precisamos de um consenso.

Os protestos no Brasil expuseram novas demandas sociais. O que pode ser criado a partir disso em termos de direitos?

Acho que já existem direitos suficientes no Brasil, o importante é colocá-los em prática. Para isso, tais protestos são necessários. Os direitos dos homens são ideias, mas elas sozinhas não podem se tornar realidade. Somente quando pessoas defendem ideias é que elas podem se tornar concretas. Isso mostra que não basta alegar boas razões para ter direito, é preciso lutar por elas.

Brasil e Alemanha fizeram proposição na ONU para manter os direitos privados. Como esse direito pode ser garantido?

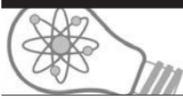
No plano nacional, pouco pode ser feito porque a internet é global. Só a política internacional pode atuar de forma diplomática contra a prática das escutas. A economia americana tem amplo interesse em exportar livremente para a Europa, portanto a União Europeia está negociando um acordo de livre comércio com os EUA. Esse documento pode ser utilizado para se impedirem as escutas. Direitos do homem são assuntos de argumentos, e nós temos de conduzir um discurso internacional sustentando que as escutas americanas foram uma violação dos direitos humanos. Somente um protesto internacional pode evitar isso.

Edward Snowden tinha ou não direito de revelar a espionagem? Ele violou direitos?

Snowden se tornou punível segundo o direito estadunidense, mas o direito dos Estados Unidos não vale em todos os países, por isso as nações precisam fazer uma ponderação. Os serviços secretos são necessários para lutar contra o terrorismo, mas são um risco para os direitos humanos se não forem controlados. A Alemanha não quer dar acolhida porque teme um conflito econômico com os EUA. Estamos numa situação absurda na qual o estado de Putin se torna defensor dos direitos humanos.

Sua teoria foi utilizada pelo STF em relação à união civil homoafetiva em 2011. Houve evolução dos direitos dos homossexuais?

O conceito central da minha teoria é o da liberdade. Tudo o que nós sabemos da orientação sexual das pessoas é que elas não podem decidir deixar de ser gay ou lésbica. Ao mesmo tempo, não existe tratamento médico para isso. Se considerarmos que a pessoa tem apenas uma vida e o direito de ser feliz, então o direito à personalidade e à união com pessoas do mesmo sexo é legítimo. Não se trata de um problema social concreto, mas ideológico. Dessa forma, não se pode sacrificar o direito à felicidade das pessoas por causa de um combate ideológico.



Tratamento além dos remédios

Psiquiatria Médicos defendem a eficácia da ECT no combate a múltiplas patologias psiquiátricas

Roberto* levava uma vida pacata na cidade de Estrela, no interior gaúcho. Aos 58 anos, convivendo com a esposa e dois filhos adultos, o representante comercial tinha um bom emprego, amigos e um círculo social ativo. Há alguns meses, com a morte da mãe, começou a sofrer os primeiros sintomas de uma depressão avassaladora. “Aos poucos, ele foi perdendo a vontade de fazer tudo, nem as viagens em família despertavam o seu interesse”, explica Virgínia, sua esposa há mais de 30 anos. Os medicamentos também não aliviaram o seu estado de angústia, que passou a ser intercalado com crises de ansiedade e euforia. “Ele ficava obcecado por detalhes”, conta Virgínia, “até o número de tomates que precisávamos comprar tornava-se um problema”. Com a troca de psiquiatras, veio uma sugestão alternativa: o tratamento por eletroconvulsoterapia, a ECT. No início, o casal relutou em aceitar a opção desconhecida. Hoje, após oito sessões, a melhora de Roberto é significativa, e ele vem ganhando cada vez mais autonomia, deixando para trás o comportamento maniático. O casal frequenta o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) três vezes por semana, incorporando o tratamento à sua rotina.

Maria também frequenta o HCPA. Ela sentiu os sintomas da bipolaridade aos 19 anos. “Eu começava a me sentir extremamente ansiosa e a minha memória era muito afetada”, conta a jovem de 30 anos, relembando períodos em que perdia peso de forma assustadoramente rápida. “Também fiz uso excessivo da maconha em diversos momentos da minha vida”, relata. Ela pondera que tal fato teria contribuído para que a doença ganhasse força. Há três meses, em meio a um novo surto, Maria foi internada na ala psiquiátrica do Hospital de Clínicas em um estado classificado como catatônico. Atualmente, está fazendo o uso da ECT. Os médicos, ao analisarem o seu histórico, concluem que houve uma expressiva evolução positiva no seu caso: após quatro sessões, ela voltou a se comunicar, conversando com familiares e apresentando maior lucidez.

Funcionamento – Quem desconhece o modo como se dá o tratamento pode se surpreender ao descobrir que as sessões são, normalmente, muito rápidas, com menos de vinte minutos de duração. A Universidade de Columbia (EUA), estabelece alguns parâmetros que são adotados pela Associação Brasileira de Psiquiatria, como tempo e corrente da onda. Primeiramente, é aplicada no paciente uma dose de anestésico e de relaxante muscular – em quantidades ajustadas ao peso. A equipe, então, conecta a máquina por meio de um eletrodo à tampa da pessoa (protegida por um gel), já deitada na maca. O tempo do choque dura alguns segundos, conforme a prescrição para cada paciente. Paulo Abreu, chefe do Ser-

viço de Psiquiatria do HCPA, explica que na primeira sessão é necessário encontrar o limiar: aquele estímulo mínimo necessário para que a pessoa possa desencadear a convulsão. “É a partir desse teste que calculamos a carga que cada um vai utilizar ao longo do tratamento”, esclarece. Após o disparo, os olhares se voltam ao relógio: enquanto o paciente convulsiona, os médicos conferem o tempo de duração das contrações, que devem levar de 20 a 30 segundos. O paciente, em seguida, é acordado pela equipe e levado à sala de recuperação. Após tomar café da manhã, é liberado e pode ir para ir para casa.

Mas em que situações a eletroconvulsoterapia se torna uma opção? Segundo o psiquiatra Marco Caldieraro, o tratamento é prescrito para casos de depressão intensa, desordem bipolar (que alterna estados eufóricos e depressivos), alguns casos de mal de Parkinson, de catatonia (colapso emocional que paralisa o paciente) e de esquizofrenia (doença que, entre outros sintomas, provoca alucinações, reações violentas ou completa apatia). Não raramente há o risco de suicídio ou morte por inanição – pessoas em um estado extremamente vulnerável.

Por convenção, a ECT é considerada invariavelmente o último recurso, mas com um altíssimo percentual de bons resultados. “Algumas pessoas são resistentes a remédios, como se o seu cérebro anulasse os efeitos medicamentosos. É aí que optamos pela ECT”, explica Marco. O médico atenta para o fato de que os tratamentos não são excludentes, além de ser impreterível o acompanhamento de uma equipe psicoterapêutica.

Estigma – Popularmente conhecido como “eletrochoque” – termo evitado pela comunidade médica pelo seu cunho agressivo –, o desenvolvimento da técnica remonta aos anos 1930. No início, a sua realização se dava sem qualquer tipo de anestesia, o que hoje já não ocorre. Naquela época, os doentes, ao convulsionar, muitas vezes fraturavam ossos, vomitavam, engoliam secreções. A eletroconvulsoterapia ficou associada à violência e à tortura, sendo ainda hoje estigmatizada por grande parte da sociedade. O professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Cesar Guazzeli, que exerceu a medicina por 13 anos, considera que o surgimento da ECT esteve inserido em um contexto no qual o diagnóstico de transtornos psiquiátricos não era tão preciso. “A prática foi consolidada, mas nos anos 50 houve uma verdadeira revolução com o surgimento de medicamentos”, explica Guazzeli, “o que fez com que a prática passasse a um segundo plano”.

Apesar de uma crescente luta dentro da área médica para que haja o reconhecimento da eficácia do tratamento, o preconceito que permeia a história da eletroconvulsoterapia continua sendo difundido na cultura popular. Novelas e filmes expõem a técnica como um mecanismo violento de contenção social praticado por médicos e enfermeiros maléficos.

“É um verdadeiro desserviço, uma contrapropaganda muito grande”, defende o anestesista Ronaldo Seligman. Em uma forte cena do consagrado filme *Um Estranho no Ninho*, de 1962, o protagonista, interpretado por Jack Nicholson, é internado à força por problemas de conduta. “Muitos não sabem que

medidas que vão contra a vontade do paciente não são mais utilizadas”, diz Ronaldo. Endossando a sua fala, ele aponta o termo de consentimento que deve ser assinado pelos pacientes que se submetem ao tratamento.

A terapia é prescrita em casos de depressão, bipolaridade e mal de Parkinson

Segurança – Comprovando a segurança do método, a eletroconvulsoterapia também é fortemente indicada, surpreendentemente, a mulheres grávidas. “Por não oferecer risco ao feto, a ECT chega a ser um tratamento mais seguro do que o uso de farmacêuticos”, diz Marco, lembrando-se das substâncias presentes nos antidepressivos que podem afetar o bebê. O aprimoramento da técnica, com o passar dos anos, trouxe ainda uma diminuição nos efeitos colaterais, como dores de cabeça e musculares, sintomas comuns após as aplicações. O paciente fica suscetível, também, a uma leve perda de memória, normalmente diminuída ao longo dos meses.

Ainda que animados com os bons prognósticos da ECT, alguns médicos não escondem a sua frustração ao lembrar que o SUS não cobre o tratamento. No Hospital de Clínicas, cada sessão custa R\$ 1.000

(o HCPA e o Hospital Presidente Vargas realizam o tratamento de graça em pacientes internados pelo SUS). Paulo lembra que são poucos os hospitais em Porto Alegre que realizam o procedimento: “Além do preconceito dentro da própria comunidade médica, é um tratamento caro, o que contribui para que não existam muitos locais que o disponibilizem”, resume.

Quando surge a dúvida sobre a faixa etária dos pacientes, Marco é enfático: “Não existem limites de idade”. Eleonor, aos 89 anos, fez a primeira sessão em 1992 e se curou da depressão que a atingia, chegando a ficar assintomática por dez anos. A doença, porém, voltou com força, e novas sessões foram necessárias. “Atualmente, ela faz aplicações mensais”, explica sua filha. Ela se refere àquilo que os médicos chamam de “sessões de manutenção”.

“Alguns pacientes melhoram após as 8 ou 12 sessões indicadas”, explica Paulo, “mas os sintomas voltam com o fim do tratamento.” Nesses casos, o indicado é que sejam realizadas as sessões periódicas, que podem ser quinzenais ou mensais. “É uma boa alternativa para os casos refratários a medicamentos”, diz Paulo. Os depoimentos dos familiares confirmam o que os médicos defendem na teoria. “A ECT era nossa última esperança”, diz a filha de Eleonor, completando: “Foi o tratamento que pôs fim à sua angústia”.

*Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos entrevistados.

Rafaela Pechansky, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabco



Uma equipe formada por um psiquiatra, um anestesista e enfermeiros acompanha as sessões no Hospital de Clínicas de Porto Alegre



O sincretismo do samba-rock

Música

Feito a partir de pesquisa, livro reafirma o caráter híbrido do suíngue no RS

Samantha Klein

Suíngue, samba-rock e balanço: músicos, desafios e cenários retrata a evolução e a força do gênero musical em Porto Alegre, cujos artistas alcançaram o cenário nacional nas décadas de 70 e 80. O flautista Mateus Berger Kuschick, mais conhecido como Mateus Mapa, faz um amplo estudo histórico sobre as origens do samba-rock na capital, que teve como ponto de partida o bairro Partenon e os intérpretes e compositores que lá surgiram. Músicos como Luís Vagner e Bedeu são referências para o ritmo, que sofreu influência do emergente rock no país.

“Sempre ouvia entre os músicos nos bares em que tocava que os porto-alegrenses tinham um jeito peculiar de fazer música por causa da influência do povo negro da região sul, especialmente de Rio Grande e Pelotas. De um jeito diferente de tocar guitarra, sopros e percussão deriva o repertório do suíngue feito desde os anos 70”, destaca o autor da obra. Foi esse questionamento que norteou a pesquisa de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Música da UFRGS sob orientação do professor Reginaldo Gil Braga.

Pioneiros do suíngue – A história dos suíngueiros em Porto Alegre tem como precedente a formação de entidades que reuniam a comunidade negra da cidade, como a Sa-

Mateus Berger Kuschick investigou a origem do jeito diferente de fazer música dos artistas da capital



FLAVIO DUTRA/JU

télite *Prontidão* e a *Floresta Aurora*, ainda na década de 1950. No mesmo sentido, a formação da escola *Acadêmicos da Orgia* foi fundamental para consolidar o cenário do samba em sincretismo com o rock e outros ritmos, como o jazz. Ali, muitos cantores surgiram, influenciados pelos pais, antigos integrantes das tribos carnavalescas da cidade, que precederam as escolas de samba.

Mateus ressalta que a pesquisa imediatamente focou os nomes de Luís Vagner, Bedeu, Mestre Cy, Lel-leco Telles, entre outros. Luís Vagner pode ser considerado o pioneiro, porque ainda em 1966 chegou a São Paulo e fez contatos com gravadoras, abrindo caminho anos depois para a *Pau Brasil*, uma das suíngueiras

mais importantes do estado. “A maneira como ele toca guitarra no LP ‘Guitarreiro’ trazia coisas da música gaúcha, influências cisplatinas e da cultura negra. De tudo isso resultou um som muito original”, considera.

Mas, com a transformação da indústria fonográfica e o apogeu do pagode, o suíngue balanço perdeu o fôlego. Conforme o autor, houve mudanças na instrumentação das músicas em uma nítida adequação para alcançar a mais numerosa parcela da população. Em Porto Alegre, grupos e espaços identificados com o samba de raiz e o suíngue se adaptaram aos novos tempos com a inserção do pagode.

Modismo – O autor ainda apresen-



Suíngue, samba-rock e balanço: músicos, desafios e cenários

Mateus Berger Kuschick
Porto Alegre: Medianiz, 2013
216 páginas
R\$ 38 (valor médio)

ta um panorama da nova retomada do suíngue e a uniformização do nome samba-rock nos anos 2000. É nesses primeiros anos da década que o ritmo sai da periferia para ingressar como modismo nas casas noturnas da capital gaúcha. Em âmbito nacional, foi o grupo paulista *Clube do Balanço e Seu Jorge*, com o hit ‘Carolina’, que deram projeção

ao samba-rock contemporâneo. “Em Porto Alegre, algumas bandas tiveram esse estalo e lançaram trabalhos, como a *Casa da Sogra* e a *Ultramen*, que regrava ‘Gramma Verde’, da *Pau Brasil*. No entorno, bandas como *Senzala* e *Suínga Brasil*, que estavam na fronteira com o samba, nunca pararam de produzir”, finaliza Mateus.



Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil

James Holston | São Paulo: Companhia das Letras, 2013
488 páginas | R\$ 65 (valor médio)

Na luta por igualdade

No relato do autor, nos vinte anos em que viveu e trabalhou no Brasil, a preocupação dos brasileiros com a cidadania democrática evoluiu, passando de incidental a irreprimível. James Holston, antropólogo e professor da Universidade da Califórnia, em Berkeley, diz no prefácio do livro que também o seu senso crítico se desenvolveu no decorrer desse processo, ao descobrir que muitas de suas suposições sobre a cidadania americana se esfacelavam à luz das inovações democráticas da cidadania brasileira e de sua história de desigualdade e violência. Por conta disso, declara escrever sobre São Paulo não como um observador distanciado, mas como um de seus habitantes. O pesquisador concentrou seus estudos de campo em dois bairros da capital paulista: o Jardim das Camélias e o Lar Nacional. Holston observa que, embora a mídia nos bombardeie com imagens da pobreza do terceiro mundo, os moradores dessas comunidades, pioneiros no que outrora foram bairros muito pobres e periféricos, lhe ensinaram que, em meio às

gigantescas urbanizações de nossa época, em poucas décadas eles conseguiram coisas extraordinárias como novos cidadãos e construtores de uma cidade. Enfatizando que todos os países têm lutado para administrar as diferenças sociais que distinguem entre seus habitantes, o antropólogo lembra que as democracias prometem cidadanias mais igualitárias. Na prática, contudo, a maior parte desses regimes vivencia conflitos tremendos entre seus cidadãos. No caso do Brasil, tem-se uma cidadania que administra as diferenças sociais, legalizando-as de maneira que legitimam e reproduzem a desigualdade. Para Holston, as experiências nas periferias, em especial nas questões que envolvem a moradia ilegal e os conflitos de terra, se tornam simultaneamente contexto e substância de uma nova cidadania urbana. O autor também demonstra que mesmo os mais entrincheirados regimes de cidadania desigual podem ser desfeitos por movimentos de uma cidadania insurgente, formados por integrantes das classes trabalhadoras. (Ânia Chala)



Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias

André Marengo (org.) | Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013
232 páginas | R\$ 40 (valor médio)

Mecanismos partidários

Às vésperas de mais um ano eleitoral, este livro pode ajudar a situar o leitor no emaranhado quadro da política partidária. A obra resulta de uma agenda de investigações que pesquisadores de diferentes instituições têm procurado enfrentar, apresentando textos que abrangem uma gama de questões em torno da representação, do recrutamento político e dos partidos, e da discussão a respeito de modelos para explicar variações em padrões de carreiras políticas, entre outros temas. André Marengo, no artigo intitulado *O que podemos explicar estudando carreiras políticas?*, argumenta que desvendar a natureza dos meios de que dispõem os homens políticos permite entender os vínculos que constituem a relação de representação e as oportunidades oferecidas para uma carreira política aos portadores de certos atributos socialmente valorizados. Assim, o autor observa que a trajetória dos homens políticos nas democracias contemporâneas revela a presença de diferentes padrões de capital político. Entram nessa conta, de um lado,

recursos pessoais, traduzidos na confiança e no reconhecimento intrínsecos de um indivíduo, baseados em seu prestígio, reputação e qualificações socialmente valorizados. De outro, o indivíduo que não dispõe de atributos pessoais, tampouco dos recursos materiais indispensáveis para o ingresso em uma carreira política bem-sucedida, obtém esse aporte por meio de um capital coletivo, resultado da investida a ele conferida por seu partido, sindicato, círculo de interesses ou movimento. Porém, se suporte financeiro e apoio militante compensam a carência de atrativos individuais, ao mesmo tempo submetem seu beneficiário à organização capaz de provê-los. Dessa forma, partidos de esquerda apresentariam maior diversificação social na composição de seus eleitos, bem como vínculos partidários mais duráveis e prévios ao início da carreira política. Em contraste, organizações partidárias tradicionais recrutariam seus candidatos com capital eleitoral pessoal e carreiras construídas prévia e externamente a vínculos partidários estáveis. (Ânia Chala)



Tradutores em formação

Linguagem Núcleo do Instituto de Letras se dedica a ampliar a qualificação dos estudantes

Em tempos de Google Translate e de tantas outras ferramentas de fácil acesso, a tradução parece ter se tornado uma atividade que pode ser exercida por qualquer pessoa disposta a se aventurar na área. Porém, o diálogo entre diferentes idiomas requer, inevitavelmente, a intervenção de alguém que consiga decodificar as diferenças culturais aí existentes. Tal tarefa demanda a intermediação de um profissional especializado, capaz de levar em conta fatores que vão além da tradução de palavras isoladas.

É o que reforçam os docentes do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva (NET), do Instituto de Letras da UFRGS. Segundo Cláudia Mendonça Scheeren, professora de italiano e coordenadora do Núcleo, as pessoas acreditam que, para ser um tradutor, basta conhecer a língua estrangeira. Há, entretanto, um conceito de “língua-cultura” que não pode ser relegado.

Mudanças no currículo – Foi a partir da proposta de formar um profissional especializado nos diversos aspectos de um texto que o curso de bacharelado em Letras da UFRGS, nascido em 1973, passou por uma recente reformulação. Na década de 90, o currículo já havia

sofrido modificações, com a inclusão de disciplinas de linguística e de terminologia e a exclusão da habilitação em interpretação. Mas, no primeiro semestre de 2012, passou a vigorar um currículo mais sólido, atento também às exigências do mercado.

Em 2006, professores do Grupo de Trabalho de Tradução deram início à discussão de propostas para uma nova grade de disciplinas. As ideias partiram de diversos departamentos do Instituto de Letras, dos docentes e dos próprios estudantes. “Percebemos que precisamos de um profissional mais atento ao texto, que não faça apenas a tradução, por isso criamos disciplinas de revisão de textos traduzidos, de elaboração de textos em português e em língua estrangeira”, explica Cláudia. “É uma formação mais ampla, mais versátil.”

Uso da tecnologia – Tomoko Gaudio, professora de língua japonesa e integrante do NET, lembra que além das novas disciplinas os alunos passarão a receber orientações sobre como lidar com os aparatos técnicos que fazem parte do cotidiano de muitos profissionais. Uma ferramenta muito utilizada é a “memória de tradução”. Conforme as palavras vão se repetindo, o programa as armazena e as insere automaticamente no texto. Contudo, Tomoko assinala que essas ferramentas não dispensam o tradutor humano do dever de controlar possíveis erros. Isso porque os softwares não são capazes de lidar com o fator cultural que há quando se trabalha com cada terminologia.

“As pessoas não imaginam, mas nossa profissão é muito ligada à tecnologia”, assevera Erica Schultz, professora de língua alemã. “Meus alunos estão traduzindo verbetes

para a Wikipédia e têm de saber uma série de técnicas de formatação desses textos.” Assim, as mudanças no currículo vieram para contemplar exigências como essas, que só poderão ser sentidas efetivamente pelos alunos que atualmente cursam o 4.º semestre no próximo ano.

A exclusão da interpretação do bacharelado ocorreu junto às alterações do currículo na década de 90. Até então, interpretação e tradução eram dadas em uma mesma habilitação. Quando o MEC determinou que os cursos oferecessem as duas ênfases separadamente, a maioria das faculdades optou pela segunda. Outra razão é o fato de a interpretação ser uma área bastante especializada, exigindo professores com um conhecimento elevado da língua, tanto escrita quanto falada, além de toda uma infraestrutura que deve estar presente na sala de aula. “Na época, se cogitou abrir um curso de especialização, que não vingou pela falta de docentes, por dificuldades técnicas e pela baixa procura”, lembra a coordenadora do NET.

Grupo atuante – Mas nem por isso os alunos do bacharelado deixaram de ter contato com a área. Todo mês o NET promove palestras e oficinas ligadas, entre outros temas, à interpretação. “O nosso núcleo tenta suprir as lacunas do currículo da graduação”, explicam os professores. Recentemente, o grupo promoveu um encontro sobre dublagem e planeja um evento destinado à tradução de conferências.

Criado nos anos 80, o NET, que em seu nome homenageia Olga Fedossejeva, professora que se dedicou intensamente aos estudos de tradução e que coordenou a Comgrad do curso, teve suas ativi-

dades reduzidas nos últimos anos, até que, com a reformulação do currículo, foi reativado. Hoje, além de abrir um leque maior de opções para o estudante, mantém duas publicações regulares: os *Cadernos de Tradução*, que divulgam o trabalho de alunos sob a orientação de um professor, e a revista online *Translatio*, que prioriza artigos científicos.

Mercado vasto – É comum associar a atividade do tradutor exclusivamente à tradução de literatura. Mas o campo de trabalho na área é muito mais variado do que se imagina. A doutoranda Marina Waquil, 27 anos, trabalha com tradução juramentada e faz legendagens de vídeos institucionais para eventos como o *Fronteiras do Pensamento*. Ela revela que o mercado literário, porém, é bastante fechado. Opinião semelhante a dos docentes do NET, segundo os quais cada idioma tem demandas específicas.

No caso da língua francesa, a professora Sandra Loguércio explica que se trabalha muito em áreas especializadas, não apenas com as ciências humanas, mas com manuais técnicos, livros de engenharia e medicina. Sandra ainda lembra que os profissionais, não só do francês, neste caso, podem produzir materiais de referência para outros tradutores. “É um nicho voltado à elaboração de dicionários, materiais de consulta e aportes teóricos.”

Não é difícil imaginar que os tradutores da língua alemã vertam muitos textos de filosofia, devido ao histórico que a Alemanha tem na área, mas Erica Schultz revela que o idioma ensinado por ela também conta, atualmente, com muito material de gestão ambiental e de técnicas sustentáveis. Além disso, por muito tempo, o idioma teve o papel que o

inglês possui hoje para a comunidade científica internacional e hoje há uma procura por esses textos antigos, o que exige um esforço na tradução, pois se trata de um alemão muito diferente do de agora.

Cláudia Scheeren aponta que quem trabalha com a língua italiana acaba se voltando muito à tradução de documentos e processos jurídicos de cidadania, divórcios e maternidade. Áreas muito próximas da do espanhol, que, segundo Cleci Bevilacqua, professora do idioma, tem se destinado a traduções para ministérios e tribunais.

Tomoko Gaudio revela que os tradutores de japonês encontram dois mercados: o da área técnica, para a tradução de textos de patenteamento industrial, por exemplo, e o da literatura. Pela dificuldade de um leigo em lidar com o idioma oriental, acaba-se abrindo um espaço significativo para os profissionais de língua japonesa.

É o caso também do russo. De acordo com Denise Sales, o mercado literário é o que mais se expande. “Agora as editoras estão tentando montar suas equipes de tradutores e revisores de russo, porque é difícil trabalhar o texto traduzido do original com uma equipe de edição que não conheça a língua do original. É um modelo de muito sucesso”, avalia a professora. Outro fator que contribui para a prosperidade da tradução do russo no mercado são as relações comerciais entre o Brasil e a Rússia. “Depois da formação dos BRICS, a demanda de tradução aumentou muito.”

Exigências da prática – Sobre a remuneração, os professores são unânimes: o bom profissional recebe bem. “O mercado é bom para quem é bom”, costuma dizer Cláudia para seus alunos. Para ela, isso começa quando o estudante ainda na faculdade entende, por exemplo, que comprar um software com um custo elevado é um investimento. “Faz parte do material. É como um aluno da Engenharia: ele deve comprar a calculadora”, compara.

Os docentes notam que, no início do curso, os alunos costumam estar presos à sua cultura e ao seu vocabulário. Aos poucos, percebem as divergências existentes para além da palavra, notam o contexto sociocultural em que elas estão inseridas. Isso não significa que o tradutor precisa conhecer tudo. Cláudia relembra a lição deixada por um professor: “O tradutor não precisa saber tudo, mas deve saber onde procurar e encontrar.”

Segundo Sandra Loguércio, o tradutor deve ter pleno domínio do próprio idioma. Tomoko corrobora: “Muitos não sabem o significado das palavras em português, têm um vocabulário muito pobre.” Tal situação, de acordo com os professores, só pode ser amenizada e revertida com o exercício da leitura. Para eles, um bom tradutor deve, antes de tudo, ser um bom leitor.

Júlia Corrêa, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Para a equipe do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva (NET), um bom tradutor precisa, antes de tudo, ser um bom leitor



► **Redação** Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



A peça *Carícias*, em cartaz na Sala Alziro Azevedo da UFRGS, é uma das atrações do evento

Alunos em cena

Teatro Mostra do DAD exhibe montagens marcadas pela experimentação com a linguagem teatral

A Sala Alziro Azevedo apresenta a Mostra de Teatro DAD 2013-2, que exhibe a produção teatral dos alunos do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes da UFRGS.

Segundo o coordenador do evento, Francisco de Assis de Almeida Júnior, são apresentados trabalhos dos estudantes dos dois últimos semestres do curso de graduação em Teatro da Universidade. “A Mostra equivale a um trabalho de conclusão de curso, o famoso TCC”, explica, acrescentando que a experiência de produção desses espetáculos possibilita aos alunos um ganho de know-how muito grande. Comprova essa afirmação o fato de que, em 2012, várias montagens realizadas por integrantes do DAD conquistaram os prêmios

Braskem e Açorianos em diferentes categorias.

Francisco esclarece que as peças exibidas geralmente percorrem o seguinte circuito: após a estreia na Mostra do DAD, boa parte é selecionada para o projeto Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE) e, na sequência, alguns desses trabalhos entram em cartaz nas salas de teatro da cidade. A Mostra é realizada semestralmente há cerca de duas décadas, período no qual foi sendo estruturada pela professora Mirna Spritzer.

Conforme Francisco, ao lado da mudança no currículo ocorrida em 2004, com a aprovação das diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação, essa iniciativa tem contribuído para imprimir uma progressão no nível

de cobrança da qualidade dos trabalhos apresentados. Para os padrões brasileiros e considerando a distância em relação ao eixo Rio-São Paulo, o professor acha que Porto Alegre tem um bom público para produções desse tipo. “Não dá para esquecer que o mercado de arte em nosso país ainda está em consolidação, embora nos últimos anos tenham surgido várias políticas de incentivo”, observa.

O coordenador relata que o maior problema é ampliar a divulgação da Mostra, já que a Sala Alziro Azevedo pode abrigar até 60 pessoas e as encenações têm tido em média 40 espectadores por sessão. Para assistir às peças é preciso retirar uma senha meia hora antes de cada espetáculo. Confira a programação abaixo.

CINEMA

Dogma 95

Mostra dedicada ao movimento lançado pelos cineastas dinamarqueses Lars Von Trier e Thomas Vinterberg que propôs mandamentos para a realização cinematográfica. As sessões têm entrada franca.

FESTA DE FAMÍLIA (*Festen*, Suécia/Dinamarca, 1998, 105 min), de Thomas Vinterberg
Sessões: 2 e 5 de dezembro, 16h; 12 e 13 de dezembro, 19h

OS IDIOTAS (*Idioterne*, Dinamarca, 1998, 117 min), de Lars Von Trier
Sessões: 2 de dezembro, 19h; 3 de dezembro, 16h; 13 de dezembro, 19h; 16 de dezembro, 16h



MIFUNE (*Mifunes Sidste Sang*, Dinamarca, 1999, 98 min), de Søren Kragh-Jacobsen
Sessões: 3 de dezembro, 19h; 4 de dezembro, 16h; 16 de dezembro, 19h; 17 de dezembro, 16h

O REI ESTÁ VIVO (*The king is alive*, Dinamarca, 2000, 110 min), de Kristian Levring
Sessões: 6 de dezembro, 16h; 17 de dezembro, 19h; 18 de dezembro, 16h

ITALIANO PARA PRINCIPIANTES (*Italiensk for begyndere*, Dinamarca, 2000, 112 min), de Lone Scherfig
Sessões: 6 de dezembro, 19h; 9 de dezembro, 16h; 19 de dezembro, 16h

JULIEN DONKEY-BOY (EUA, 1999, 97 min), de

Harmony Korine
Sessões: 9 de dezembro, 19h; 10 de dezembro, 16h; 19 de dezembro, 19h; 20 de dezembro, 16h

DANÇANDO NO ESCURO (*Dancer in the dark*, Dinamarca/Alemanha/Holanda, 2000, 140 min), de Lars Von Trier
Sessões: 11 de dezembro, 16h; 12 de dezembro, 16h; 20 de dezembro, 19h

Sessões Acessíveis na Sala Redenção

Exibição de filmes com recursos de acessibilidade e entrada franca. A programação tem o apoio do Museu da UFRGS e da Secretaria Adjunta dos Povos Indígenas e Direitos Específicos.

FÉRIAS (*Férias*, Brasil, 2013, 8 min), de Iuli Gerbase
+ **A CIDADE** (Brasil, 2012, 25 min), de Lílíana Sulzbach
+ **A MATA É QUE MOSTRA NOSSA COMIDA** (Brasil, 2010, 29 min), de Rafael Devos
+ **OS SERES DA MATA E SUA VIDA COMO PESSOAS** (Brasil, 2010, 27 min), de Rafael Devos
Sessões: 4 de dezembro, 14h, com AD; 11 de dezembro, 14h, com legenda

Além da Estrada

Sessão comentada do filme com a presença do diretor, Charly Braun, na Sala Redenção. O filme será ponto de partida de um debate no IV Simpósio *Imagem e Identidade e Território*.
Sessão: 5 de dezembro, 19h
Entrada franca

História da Arte e Cinema

Ciclo que explora temas da história da arte. Sessões com entrada franca seguidas de debates na Sala Redenção.

UM CÃO ANDALUZ (*Unchienandalou*, França, 1929, 16 min), de Luis Buñuel
Comentários: Filipe Conde e Daiane Marcon
Sessão: 18 de dezembro, 19h

Clio e Eros no Escurinho do Cinema

Curso de extensão com sessões às tardes de sábado, às 15h30, seguidas de mesas-redondas. Entrada franca.

BONITINHA, MAS ORDINÁRIA OU OTTO LARA RESENDE (Brasil, 1981, 105 min), de Braz Chediak
Comentários: Luís Augusto Fischer e Céli Regina Jardim Pinto
Sessão: 7 de dezembro, 15h30

A PELE QUE HABITO (*La piel que habito*, Espanha, 2011, 120 min), de Pedro Almodóvar
Debatedores: a confirmar
Sessão: 14 de dezembro, 15h30

História no Cinema para Vestibulandos

Ciclo de filmes e palestras sobre os conteúdos de História do vestibular da UFRGS. Sessões no Cine-Bancários. Entrada franca.



SYRIANA (*Syriana*, EUA, 2005, 126 min), de Stephen Gaghan
Sessão: 7 de dezembro, 9h30
Temática: Oriente Médio
Palestrantes: Rodrigo Moraes Alberto e Gabriel Egger

TEATRO

Mostra de Teatro DAD 2013-2

Espectáculos produzidos por alunos de graduação em Teatro. Todas as apresentações ocorrem às 20h, na Sala Alziro Azevedo, e têm entrada franca, com retirada de senhas no local meia hora antes de cada espetáculo. A peça *Carícias* terá uma sessão extra no dia 14 de dezembro, no horário das 22h.

TEORIA BANG BANG
Estágio de Atuação II de Diego Nardi e Gabriela Chultz.
Dois atores apresentam conceitos e reflexões sobre arte. O que é a dança, a improvisação, a performance?
Orientação: Suzi Weber.
Sessões: 2 e 3/12



O CASAL PALAVRAKIS
Estágio de Montagem II de Maurício Casiraghi.
Elenco: Mariana Rosa e Paulo Roberto Farias
Orientação: Marta Isaacson e Mirna Spritzer
Sessões: 6, 7 e 8/12

JERUSALÉM
Estágio de Atuação II de Frederico Vasques.
Orientação: Laura Backes
Sessões: 11 e 12/12

MÚSICA PARA CORTAR OS PULSOS
Estágio de Atuação II de Alessandra Souza e Jessica Christmann.
Elenco: Alessandra Souza, Jessica Christmann e Luiz Manoel.
Orientação: Camila Bauer
Sessões: 13, 14 e 15/12

CASA DAS ESTRELAS
Estágio de Atuação II de Talyta da Rosa.
Elenco: Talyta da Rosa e Natan Victor.
Orientação: Jacqueline Pinzon
Sessões: 16 e 17/12

CARÍCIAS
Estágio de Montagem II de Ander Belotto e de Atuação II de Morgana Baldissera.
Elenco: Diogo Verardi, Filippi Mazutti, Gabriela Poester e outros
Orientação: Inês Alcaraz Marocco e André Rosa
Sessões: 19, 20 e 21/12

MÚSICA

Concerto de Música Popular com o Maestro Tasso Bangel

Participação de professores e alunos do Bacharelado em Música Popular do IA/UFRGS. Coordenação: Profa. Luciana Prass
Data: 3 de dezembro
Local e horário: Auditório Tasso Corrêa do IA, 20h30
Entrada franca

Série Concertos dos Professores do Departamento

Recital de piano com Catarina Leite Domenici.
Data: 2 de dezembro
Local e horário: Auditório Tasso Corrêa do IA, 20h30
Entrada franca

Recital de Música de Câmara

Apresentação dos artistas do Programa de Pós-graduação em Música.
Data: 6 de dezembro
Local e horário: Auditório Tasso Corrêa, 19h
Entrada franca

Recital de Violino e Piano

Duo com os professores Fredi Gerling e Cristina Capparelli
Data: 8 de dezembro
Local e horário: Auditório Tasso Corrêa, 18h
Entrada franca

EXPOSIÇÃO

ArquiTexturas

Mostra fotográfica de Cesar Bastos de Mattos Vieira que destaca as peculiaridades da arquitetura e da natureza. Arquiteto e fotógrafo, o olhar atento do autor nos incita a estabelecer um paralelo entre o arranjo das formas naturais e a apropriação de seus princípios de composição por parte dos arquitetos. Curadoria do professor Airon Cattani
Visitação: 11 de dezembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014
Local e horário: saguão da reitoria, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h
Entrada franca

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

► **CineBancários**
General Câmara, 424
Fone: 3433-1204

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Saguão da reitoria**
Paulo Gama, 110, térreo
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3058

Meu Lugar na UFRGS



Janela privilegiada

Quem chega ao Câmpus Centro da UFRGS pela entrada da Rua Sarmento Leite, entre a Rádio da Universidade e o prédio da Faculdade de Arquitetura, certamente já viu Saul Magagna Wisniewski. Quem é ele? É o senhor de origem polonesa que vende cachorro-queite naquele carrinho de 2m², instalado ali há nada mais nada menos que 17 anos. Nossa, tudo isso! Verdade. O tempo passa, as pessoas entram e saem dos lugares e nem sempre dão a devida atenção àqueles elementos que já fazem parte dos cenários por onde transitam.

Saul, de sua janela privilegiada, de frente para a Universidade, também já se acostumou a cenas recorrentes. Todo início de ano, por exemplo, vê aquela gurizada de cara colorida e copinho na mão, pedindo trocado. “Eles se sujaram no meio do pátio”, comenta a respeito da recepção aos calouros, e destaca o quão deslumbrados lhe parecem os novos alunos: “Porque é um privilégio estudar aqui”, considera. Quanto aos demais transeuntes, diz já conhecer muitos deles, cumprimentando-os quase sempre, ainda que não saiba seus nomes.

Enquanto prepara cada pedido de seus clientes, em sua maioria da UFRGS, Saul fica sabendo o quão difíceis são algumas aulas e como existem professores mais populares do que outros: “Escuto todo tipo de assunto”. Diz também ter presenciado muitos assaltos a pedestres, especialmente a meninas, já que “eles não atacam os rapazes porque têm medo que revidem”, argumenta. Atualmente, ele avalia que os assaltos não têm ocorrido com tanta frequência por causa do policiamento. Mesmo assim, lembra a onda de roubo às bicicletas do bicicletário instalado ali perto.

Todas as manhãs, de segunda a sexta-feira, perto das oito horas, Saul chega com o carrinho, ficando ali até as 21h. Depois de estacionar no local de sempre, revisa a higiene dos aparelhos e acende o fogão de quatro bocas, ou melhor, compartimentos. No primeiro, aquece o pão num sistema a vapor; em dois outros

coloca o molho e as salsichas; o quarto fica de reserva para algum imprevisto. Ao longo do dia, recebe os fornecedores que atualmente são apenas dois, de quem compra dos guardanapos aos molhos de alho e de pimenta.

Sim, pimenta. E quem mais pede o tempero são as mulheres, diz Saul surpreso ao constatar esse fato. “Chego a usar dois tubos por dia”, acrescenta. Mas o que tem chamado a atenção no cardápio, exposto no quadro branco às suas costas, é o cachorro-queite sem salsicha. Teve até gente de outras cidades, de passagem pelo Câmpus para alguma atividade acadêmica, que tirou foto do inusitado anúncio: “Eles acham estranho, mas muitas freguesas me pediam assim, e quando fui fazer a tabela nova, decidi colocar: cachorro-queite sem salsicha”, justifica. A nova opção pegou, e as vendas aumentaram.

Outra constatação de Saul é o aumento de clientes mulheres. Anos atrás, ele calcula que 80% de sua clientela era composta por rapazes, mas atualmente o percentual feminino passou para 50%. Claro que não é nenhum dado científico, como caberia em um ambiente acadêmico, mas Saul comenta já ter pensado em anotar em seu caderninho o ranking de frequência por gênero. Mas quando se trata de volume de pedidos, os rapazes saem na frente disparado: “Esse pessoal é meio comilão”, diz ao lembrar do aluno que comeu dois cachorros-quentes com três salsichas cada: “Fica por tua conta e risco, se fizer mal eu não tenho culpa”, dá risada.

O fato de não dispor de bancos ao redor de seu carrinho de cachorro-queite nunca foi problema para Saul, especialmente depois das reformas no Câmpus Centro, quando foram instalados bancos de concreto próximos à Rádio da Universidade e à Faculdade de Arquitetura: “Não encomendei, mas ficou perfeito”, brinca.

Jacira Cabral da Silveira

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Rituais em família

Henriqueta Kruse

As horas dedicadas à enfermagem não a afastam do calor de casa

Jacira Cabral da Silveira

Quando o aroma do café invade o ar, Henriqueta lê em voz alta a piada do dia. Desde que se apaixonou pela arte de fazer café, Felipe faz questão de preparar o desjejum para os pais todas as manhãs. É ele quem também encomenda à mãe a leitura diária do jornal, especialmente a coluna de humor.

“Já é um ritual de família”, comenta Maria Henriqueta Luce Kruse, professora da Escola de Enfermagem da UFRGS e assessora do Serviço de Enfermagem Cirúrgica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Mas não é só o filho mais velho que tem habilidades na cozinha. Durante o doutorado que ela cursou no programa de pós-graduação em Educação, em 1998, seu marido decidiu dedicar-se à culinária para ocupar o tempo. O que acabou virando um hobby com direito à confraria e tudo.

Depois de muito ouvir as queixas das colegas à falta de apoio dos companheiros, resolveu não comentar o modo como Everton estava compartilhando esse período com ela: “Jam querer roubar meu marido!”, comenta rindo. Muitas vezes, aos finais de semana, ele a fazia interromper os estudos e vir jantar na sala com ele e os filhos. Era quando a doutoranda encontrava a mesa cuidadosamente arrumada e uma taça de vinho já servida. Alternativa que acabou sendo uma boa válvula de escape também para seu esposo relaxar do trabalho: “Ele diz que quando está cortando a cebola não

lembra os problemas do consultório, não se preocupa com nada, porque está ali, na cebola”.

Henriqueta tinha 18 anos quando conheceu o futuro marido numa festa. O namoro durou seis anos. Casaram e foram morar em Pelotas para que Everton pudesse concluir o curso de Medicina. Em 1974, mudaram-se para o Rio de Janeiro, onde ele fazia residência médica em Radiologia e ela ingressaria na segunda turma de mestrado em Enfermagem na UFRJ.

Enquanto fazia o mestrado na capital carioca, ficou sabendo do concurso para docência que ocorreria na UFRGS. Fez, passou e começou a trabalhar na Universidade no final de 1975. Calculando todo o seu tempo de serviço, comenta: “Daqui a três anos vai fazer 20 anos que eu poderia estar aposentada”.

Reduzindo o sofrimento – Em 2006, Henriqueta organizou um núcleo para internação de pacientes que necessitam de cuidados paliativos, junto a uma unidade do HCPA. Esses cuidados são aqueles necessários aos pacientes sem chance de cura, praticados a fim de aumentar a qualidade de vida dessas pessoas e de seus familiares, tratando a dor e outros problemas físicos, psicossociais e espirituais.

Depois de muita disputa, o Grupo de Estudo do Cuidado Paliativo conseguiu um espaço para atender tais pacientes. Segundo Henriqueta, essa experiência deu origem ao Programa de Cuidados Paliativos do HCPA, e em breve será criada uma unidade de cuidados paliativos.

Ainda que diga não pensar em parar de trabalhar e que tem grande prazer tanto em suas atividades no hospital quanto na função docente, ela comenta sobre alguns sentimentos comuns a todos os profissionais que optam pela área da saúde: “Acho que todo mundo nessa área tem problema com doença, porque a gente não vai para essa área se está bem resolvida. E quando vamos

para a saúde é porque achamos que ali vamos aprender, por exemplo, a dominar a morte”.

Infância boa – A vivacidade que caracteriza Henriqueta certamente foi herdada da mãe, dona Maria, que aos 94 anos acha perda de tempo ficar na frente da televisão, assistindo à novela. Prefere dedicar-se à leitura e, durante o dia, frequenta cursos de informática, inglês e história da arte.

Henriqueta nasceu em Porto Alegre e passou a infância na Rua Mostardeiro, onde morava numa casa com os pais, as três irmãs – Maria Augusta, Maria Isabel e Maria Nina – e com o irmão José Guilherme, que nasceu quando ela já tinha 15 anos. Ela diz que a grande diferença de idade do irmão despertou seus sentimentos como cuidadora, que culminariam na futura profissão.

Na verdade, desde a adolescência, Henriqueta sabia que seu futuro era a área da saúde. Durante a infância, brincava de hospital, etiquetando com números as portas dos cômodos da casa, como se fossem quartos de hospital.

A escolha dos nomes dos filhos mostra o quanto os pais de Henriqueta eram católicos praticantes. Mas esse viés mais conservador a partir da terceira filha começou a afrouxar um pouco: “Por mais que nossa mãe quisesse controlar, não tinha mão nem perna para isso”, comenta, destacando esse aspecto positivo de ser a filha do meio. Bastante ligada à família, ela diz que seus pais se davam muito bem: “Para eles a família era tudo e o investimento nos filhos era o principal”.

Ainda que dedique boa parte de seu tempo ao trabalho, ela, o esposo e os filhos são muito companheiros e costumam viajar juntos. Antes de partirem para o veraneio em sua casa no litoral norte, entretanto, precisam da “autorização” do filho Augusto, o surfista da família, que ocupa a moradia no verão e no inverno.



FOTOS FLAVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



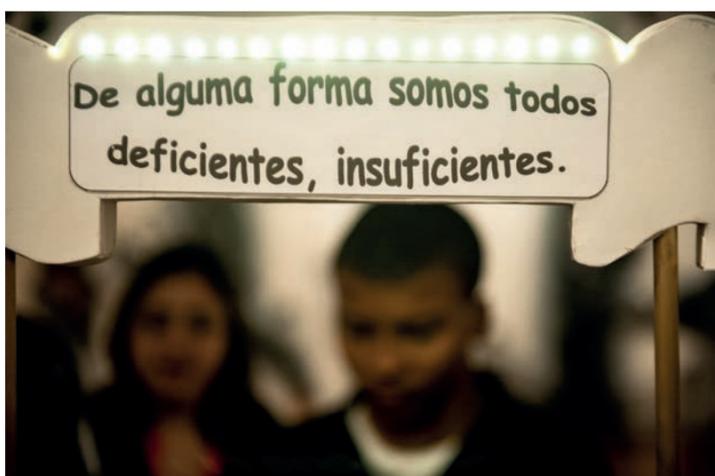
Modos de **ser** e de **estar** no mundo

TEXTO E FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

Exposições de arte costumam ser orientadas para a percepção proporcionada pelos olhos e ouvidos. Olham-se obras, escutam-se obras. Mesmo dentro dos limites expandidos da arte contemporânea, raramente objetos em uma exposição estão lá para serem percebidos por outros sentidos – o toque, por exemplo.

Pensando nisso, a exposição *Modos de ser e de estar no mundo*, que esteve em exibição na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes no mês de novembro, perguntava: “Deficiência, eficiência? A palavra arte não aparece aí. Quem delimita os limites? O que é um ser humano completo? É um ser perfeito como o proposto na idealização grega? Um ser produtivo como o estimulado pela sociedade do consumo? O que é ser eficiente e deficiente na Universidade? O que a arte e um espaço museológico têm a ver com isto?”. E respondia com trabalhos encomendados a artistas que partissem da ideia do trabalho em diferentes linguagens e conceitos que propusessem experiências, enfatizando a riqueza, a diversidade, as limitações e os não limites que nos caracterizam como seres humanos.

As fotos desta página mostram uma experiência diferente de desfrute no ambiente artístico. Foram feitas durante a visita dos alunos com deficiência auditiva da escola Salomão Watnick e de alguns alunos cegos da Oficina de Contato com a Cerâmica. A partir da mediação de Evelyn Lima, o grupo circulava pela sala tocando os objetos para sentir diferentes rugosidades, texturas, volumes. Como resultado, um conjunto de sons e movimentos iam se somando à estética das obras.



ARTISTAS PARTICIPANTES

ANA BETTINI, CARUSTO CAMARGO, CHICO MACHADO, CLAUDIA PAIM, CLÁUDIA SPERB, EDUARDO VIEIRA DA CUNHA, ENY SCHUCH, EVELISE ANICET, FRANTZ, GELSON RADAELLI, LEANDRO SELISTER, LIA MENNA BARRETO, LUCAMPANA, MARIANE ROTTER, MARILICE CORONA, MARLIES RITTER, MAURO FUKE, PAULO GOMES, RICARDO FRANTZ, SÍLVIA DO CANTO, STELLA VALIM, UMBELINA BARRETO, COLETIVO NYB POA, GRUPO IANDÉ, BORDADEIRAS DE SÃO PEDRO E OFICINA CONTATO COM A CERÂMICA.

Boa música, com certeza

TEXTO

EVERTON CARDOSO

FOTOS

FLÁVIO DUTRA

MACIEL GOELZER

São cerca de cinco mil quilômetros de Atlântico que separam os pontos mais próximos de Brasil e Portugal; na história, na língua, nos hábitos e na cultura são muitos os traços que, ao mesmo tempo, unem e separam as duas nações que outrora já formaram uma só. Com essa perspectiva de aproximar lá e cá, o Unimúsica, em sua edição deste ano, apresentou a série *Lusamérica, canções*. Com curadoria de Lígia Petrucci, o projeto propôs um diálogo entre as musicalidades portuguesa e brasileira. As aproximações foram múltiplas no palco do Salão de Atos da UFRGS: portugueses cantando do mais puro fado a canções brasileiras e jazz; brasileiros trazendo musicalidade lusa e promovendo incursões também pelos sons da África de língua lusófona. O JU acompanhou os concertos, participou das conversas dos músicos com o público – normalmente no dia que antecedia a apresentação – e realizou entrevistas exclusivas com todos os participantes. O resultado é uma série de perfis que pretende registrar a

passagem desses artistas pela Universidade e mostrar um pouco de quem eles são e como pensam a música.

No percurso desta reportagem, que durou de maio a novembro, cruzamos com o trabalho da artista visual Graziela Salvatori e a convidamos para criar a estampa que acompanha esta reportagem. A gravurista esteve em Lisboa em fevereiro passado e coletou uma série de imagens de azulejos tipicamente portugueses. Na volta a Porto Alegre, produziu séries de gravuras – xilo e linóleo – que foi espalhando pela cidade, em muros e paredes. A lineoleogravura que aparece nesta edição tem o título *Rua Garrett, 75*, endereço na capital portuguesa onde ficam os azulejos originais. No deslocamento feito pela artista está traduzido o espírito de *Lusamérica, canções*: da parede azulejada, passando pela matriz e pelo papel impresso, os ladrilhos portugueses retornam à parede do outro lado do oceano. Metaforicamente, é o caminho feito pela música, uma ida e vinda que leva a um diferente que ainda guarda a essência da proximidade.

António Zambujo

resume sua postura diante da música em duas palavras: irresponsabilidade e insanidade. “Na arte, não se pode estar preocupado com o que os outros dizem”, assevera. O cantor e compositor que iniciou no mundo do fado logo foi absorvendo influências como as que recolheu da música popular brasileira – isso sem contar o legado das canções de coros típicas de seu Alentejo natal, no sul de Portugal. “Se é fado, vêm os ortodoxos a dizer que não o é. Se é música alentejana, também dizem que não”, critica. António diz que não pode deixar-se “emprenhar pelos ouvidos”, não pode levar muito a sério as palavras de outrem. Nesse sentido, ele considera que o processo criativo é egoísta e deve estar centrado nas intenções do artista. A receptividade do público é outra questão, posterior. “Aprendi a acreditar naquilo que eu quero fazer e nunca deixar de aprender escutando outros músicos. Ver o que está bem, o que está mal, o que poderia fazer diferente”, explica para demonstrar que, ainda que centrado em si, se vê como sujeito em processo. “Sempre percebi que a música ia ter um papel importante na minha vida”,

conta sobre sua infância, mas se apressa em dizer que jamais projetara ou sequer pensara numa carreira. As coisas foram, aos poucos, acontecendo. Quando criança, ainda aos quatro anos, começou a interessar-se por tocar piano, violão, acordeão e outros instrumentos que a avó tinha em casa. “Eu tinha duas infâncias paralelas: a de brincar na rua; e a de ficar sozinho em casa com minha avó, aprendendo as canções que ela me ensinava.” Do avô também lhe vêm recordações musicais: António o acompanhava em tabernas e era colocado sobre o balcão para cantar. “Escutar essas músicas e aprendê-las: tudo isso são memórias que ficaram”, relembra com afeto. E é desse espírito que o músico, hoje artista de carreira internacional, se imbuí quando está no palco: “Gosto de imaginar que as pessoas esquecem que estão num teatro e que pensam estar na sala de casa, a tomar um copo de vinho e eu a cantar-lhes”, diz. Quem o vê em cena tem essa exata impressão. António senta-se ao centro do palco, os demais músicos, dois em cada lado, em formação de meia-lua. O contato visual e a sintonia entre eles são visíveis. Ao público, um descontraído artista, com violão displicentemente repousado sobre a perna, dirige um olhar tranquilo, às vezes uma palavra ou frase, ou faz uma brincadeira. Sente saudade dos tempos em que se apresentava nas casas de fado tradicionais de Lisboa; eram seu “tubo de ensaio”, disciplinavam o seu trabalho. Nos últimos anos, porém, as turnês não lhe têm permitido muito tempo de permanência na capital portuguesa, e o pouco que fica prefere passar em companhia dos dois filhos e de seus amigos. Tanto é que agora o processo de experimentação vai acontecendo nos quartos de hotéis e nos contatos com outros músicos. Quando indagado sobre o futuro, imediatamente responde: “Não tenho direito de almejar o que quer que seja. Tudo o que aconteceu já foi muito mais do que eu imaginava. É a música pela música, e só”.



FLÁVIO DUTRA/JU

Quando a voz de **Carminho**

entoa um fado, é quase impossível entender de onde vêm tal força e potência. De figura delicada, a filha de Teresa Siqueira carrega consigo a responsabilidade de portar o legado de sua mãe, também ela uma fadista de renome em seu país natal. “Minha mãe é minha primeira e mais importante referência”, diz. Entre as lições aprendidas, Carminho destaca a preocupação com o repertório, que ela faz questão de sempre apresentar àquela que lhe legou a afinidade com o estilo musical tão tipicamente português. “Ela sempre faz uma crítica construtiva, com amor, de alguém que não ganha nada com isso, mas que quer que eu seja sempre melhor”, relata. Essa relação é resultado de uma história que tem início ainda na infância de Maria do Carmo. Quando pequena, foi morar com a família no Algarve, ao sul de Portugal. A mãe, então, para não abandonar a carreira que construiu na capital, organizava noites de fado em casa, já que na região para onde se mudaram não havia os locais em que tipicamente se canta o gênero. Alguns anos depois, de volta a Lisboa, os pais de Carminho abriram um espaço que abrigava apresentações de fadistas.

E foi nesse momento, aos 12 anos, que a artista começou sua carreira num dos palcos mais emblemáticos de Lisboa: o Coliseu. A mãe ia lá se apresentar e Carminho a acompanhou. Mas a menina, por exigência materna, precisou submeter-se a uma prova: “Tive que ir à casa de fado e fazer uma audição com músicos profissionais. Passei e fui cantar pela primeira vez em público. Eram 3 mil pessoas”, rememora sobre a ocasião em que interpretou o tradicional fado *Embuçado*. Desde então, a cantora dedica-se a entender e interpretar esse que considera um gênero cuja poética parte das coisas mais simples para chegar à essência dos sentimentos humanos. Foi por essa razão que, antes de seguir pela música, decidiu empreender uma jornada em busca de mais experiências e de um contato mais profundo com outras realidades.

Numa volta ao mundo, fez voluntariado e acredita ter aprendido a entender as diferentes definições de necessidade e felicidade que as pessoas têm. Assim foi que descobriu e aprendeu a respeitar as diferenças. Para Carminho, só é possível saber o que os outros sentem se se procura conhecer a realidade deles. “O fado tem como matéria-prima os sentimentos das pessoas e as vidas dos seres humanos. Por isso, eu precisava buscar mais experiências”, revela. E sintetiza: “O fado trata do que somos. Obriga-me a descobrir o que sou para poder dar algo aos outros”. A doação da cantora, aliás, é provavelmente o que faz dela um dos nomes emergentes de maior projeção na música lusitana. Para ela, cantar fado exige ter a “alma disponível”, livre de rotinas, ainda que o gênero tenha uma forma bastante estabelecida pela tradição. “Estarei a ser fiel àquilo em que acredito? Consigo ser fiel transportadora desse legado, mas à minha maneira?”, indaga-se. “Estou sempre à procura de muita coisa sobre mim, sobre a música, sobre o futuro, sobre como ser um bom ser humano”, revela.



Sempre que **Maria João e Mário Laginha**

falam de sua música, ficam muito claras a intensidade dela e a serenidade dele. Ela tem cabelos crespos e sempre armados com penteados inusitados e flores, usa roupas de cores vivas, tem voz de timbre agudo e um modo agitado de falar e gesticular; ele usa óculos, roupas discretas, tem voz grave e tranquila e sempre adota posições que deixam transparecer a personalidade calma. Pois é dessa aparente oposição que vem a complementaridade de uma parceria que beira os 20 anos entre a cantora e o pianista e que já resultou em uma dúzia de discos. Lançado no ano passado, *Iridescente* traduz exatamente essa aparente dissonância consonante dos artistas: o nome vem da propriedade que algumas superfícies têm de refletir a luz como o arco-íris ao mesmo tempo em que são translúcidas. Resultado de um convite da Fundação Calouste Gulbekian para participar de um festival de música do mundo, apresenta uma formação instrumental inusitada – piano, acordeão, harpa e percussão –, que corresponde a um desejo da cantora de explorar novas sonoridades. “Tive essa ideia porque temos a ambição de que a música possa refletir muitas cores, sabores e cheiros”, diz Maria João. “Espero que sejam muitos!”, exclama. Também com essa expectativa de que cada ouvinte tenha uma percepção muito pessoal do que escutar, Mario Laginha adverte para o risco de se deixar levar pelo título da composição para depois fruí-la. “É a surpresa que torna interessante um trabalho conjunto entre quem ouve e quem faz”, diz. A vida musical

de Laginha começou cedo, aos três anos, quando seus pais – um funcionário público e uma professora de matemática – decidiram que ele deveria, além de ir à escola, ter formação desportiva e musical – ginástica em aparelhos e piano foram as escolhas. Ele, então, dedicou-se até adolescência, quando preferiu trocá-lo pelo violão. Foi só ao ver um exímio pianista solo tocando jazz que novamente recobrou o interesse pelo instrumento. “Foi como uma epifania, mudou minha visão. Comecei a ensaiar até oito horas por dia”, relata. Entre as memórias mais ternas da música que conheceu ao longo da vida está o *Samba triste*, de Baden Powell. “Nem sei muito bem porque, mas gosto. Tentaria explicar uma coisa que é inexplicável”, diz antes de cantarolar um trecho da composição. Menos predestinada foi a incursão de Maria João pela música: “Eu dava aulas de natação e fazia aikido, mas fiquei desempregada. Meu padrinho, que era músico, me disse: ‘Por que é que não cantas?’”. Foi então que ela procurou uma escola de jazz e aprendeu a ouvir Ella Fitzgerald, Billie Holiday, Betty Carter e outros grandes nomes do gênero. Buscadora constante de novidades e referências de todo tipo, prefere nem ser enquadrada em determinado gênero. “Tenho curiosidade e estou muito disponível para ouvir outras pessoas”, diz. A exuberância que lhe é característica vem, segundo conta, de sua mãe moçambicana: “Ela tem uma personalidade cheia de extremos”. Já o fato de ser sonhadora teria vindo do pai aviador.



Teresa Salgueiro

ficou conhecida mundialmente como a voz e o rosto à frente do grupo português Madredeus. Com uma carreira iniciada aos 17 anos, foram duas décadas de uma “aventura extraordinária” que a levou ao redor do mundo e a fez aprender a ter o seu corpo como morada. “Viajei muito, me senti muitas vezes sozinha nos quartos de hotel. Minha casa era eu mesma”, conta. “Quando estou a cantar, compor e escrever letras, estou a viver a parte mais extraordinária da minha vida”, revela. Ainda que pareça uma frase de efeito para impressionar quem a ouve, basta estar por alguns momentos perto de Teresa Salgueiro para ver o quanto a musicalidade é parte integrante de sua personalidade: cantarola enquanto prepara o figurino no camarim, identifica as músicas que tocam nos ambientes por onde circula e até mesmo com os nomes das pessoas que conhece estabelece uma relação musical. “Eu tinha um ano e já cantava”, diverte-se. E revela: “Tem uma gravação que até se perdeu de mim, com um ano de idade, cantando. Eram coisas que eu ia ouvindo pelo rádio ou dos discos que meus pais tinham”. “Dizem até que a música cura, e eu acredito nisso. Já passei por experiências de fazer muitos quilômetros para chegar no lugar do concerto, estar cansada e não ter dormido nada, e começar a cantar e sair do concerto com vontade de cantar a noite inteira”, conta. Mas para Teresa a música transcende o seu caráter artístico: “De onde viemos, qual foi o percurso que fizemos enquanto seres humanos, isso está sempre presente”, diz. Ainda que representem

a dimensão mais efêmera de seu trabalho, os concertos são, para a cantora, o momento de máxima realização: “Música ao vivo nunca é igual, aconteceu naquele momento e já foi. Tem muito a ver com a consciência do aqui e do agora, de aproveitar o momento presente, de dar valor àquilo que se tem”. Além disso, no palco, a artista vê concretizado o que define como um momento único de comunhão com seus parceiros de composição e interpretação. “A música em si é uma lição de civilidade, de paz. Uma série de pessoas em conjunto, cada uma dizendo uma coisa diferente, mas é harmônico, faz sentido”, analisa. Com a experiência que acumulou, ensina: “Se cada um fizer a sua parte, tendo em conta a construção de algo maior, aí está a música”. Em busca dessa essência é que Teresa empreendeu carreira solo, que considera ter começado apenas no ano passado, com a preparação do disco *Mistério*, e só foi possível a partir do encontro com os músicos que integram seu grupo. “Nós, humanos, conhecemos uma ínfima parte da realidade em relação a tudo, a nós mesmos”, diz sobre o título do álbum. Para ela, aceitar essa condição de sermos inacabados e de estarmos sempre aprendendo pode levar-nos, inclusive, a entender o quão fortes somos. “Temos a capacidade de mudar o mundo, ainda que seja um processo lento. Os erros mais básicos vão se repetindo, mas enquanto espécie melhoramos bastante”, assevera sobre o que acredita ser o caminho para manter a integridade num mundo em que há tantas contradições e injustiças.



Suzana Travassos e Chico Saraiva

A música de Ela, uma cantora portuguesa que desde o início da carreira tem-se aproximado da canção oriunda do Brasil. Ele, um compositor e intérprete brasileiro que se dedica a estudar questões ligadas a esse gênero musical que une melodia e letra. Chico se define como alguém dividido entre as muitas atividades ligadas à música. É um estudioso do instrumento a que se dedica – o violão – e também compositor. Como já produzira bastantes composições, veio-lhe a necessidade de pensar sobre seu processo interpretativo e de fazer um balanço do que fizera até então – daí seu ingresso em um programa de mestrado na USP. “Isso vai resultar numa dissertação e deve virar um documentário com as entrevistas que fiz com os meus mestres do violão e da canção popular”, conta o também professor. O aprendizado do violão vem de uma relação com um “tio de afeição”, o renomado fotógrafo gaúcho Luiz Carlos Felizardo. “Ele é, para mim, uma referência artística”, assevera. Susana, nascida em Vila Real de Santo António, ao sul de Portugal, lembra-se de ter despertado para a música aos quatro anos, quando acompanhou a avó para ver um concerto de um acordeonista e encantou-se com o instrumento – que depois estudou. Já em Lisboa para estudar Psicologia, começou a dedicação ao canto. Depois de gravar um álbum em homenagem a Elis Regina, em 2008 veio ao Brasil participar de uma série de apresentações. Foi então que encontrou o seu lugar na música: a canção brasileira. “Quando volto a Portugal, tento cantar música de lá, mas me sinto muito mais à vontade com a brasileira”, afirma. Mas ressalva: “Acho-me muito portuguesa ao cantar”. Nessa primeira vez que Susana atravessou o Atlântico foi que Tejo e Tietê se juntaram: ela e Chico se conheceram. “Eu toco na Casa de Francisca, em São Paulo”, conta o músico brasileiro, “então, chamei a Susana para ver o que dava. Lembro-me de sentir que estava para acontecer algo”. A partir daí, a parceria foi tomando forma e, três anos depois, estava pronto o disco em colaboração. Susana considera que o ritmo lento foi importante para dar ao álbum o caráter que tem hoje: “intimidade”. Não só os tornou íntimos do repertório, como também criou uma música intimista. É o que Chico descreve como um caráter “camerístico”, que ele atribui, em boa parte, à presença de Susana. Parece-lhe que as pessoas, ao ouvirem a dicção portuguesa, já se predispõem a uma nova forma de ouvir, mais próxima daquela poética e introspectiva tão associada à música lusa. A afinidade entre ambos – perceptível em suas apresentações – é descrita por Chico tal qual um diálogo: “Uma frase cantada com mais intensidade sempre tem uma resposta do violão”. Acostumada a tocar com formações maiores,

Susana demorou a acreditar no projeto restrito à voz e a um só instrumento. De início, parecia-lhe pouco. Afeita aos desafios, se permitiu tentar: “Foi preciso ver a música de uma maneira diferente, percebendo o silêncio e os espaços que existem nele”.



Angelo Primon

percorreu caminhos dos mais inusitados para chegar à estética ibérica que tem norteado alguns de seus projetos mais recentes – entre eles, *Ver o mar*, que apresentou no Unimúsica. Começa que suas influências em casa eram, pela mãe, a música que vinha dos países do Prata, como tangos, boleros e milongas; e, pelo pai, o cancionero italiano. Em ambos os casos, a ascendência determinara os gostos musicais. “Lembro muito dos tangos com violinos e da percussão típica dos boleros”, rememora. As batidas do ritmo de origem cubana que se disseminou pela América hispânica aproximaram-no por primeira vez da produção musical: a mãe conta que Angelo pegava tampas de panela para brincar e fazer barulhos já compassados. Primeiro, esfregando-as na parede; depois, batendo-as em par e as colocando próximas dos ouvidos para sentir o som reverberado. Aos 12 anos, sentava-se diante do prédio em que morava, na Cidade Baixa, para esperar a cada manhã de sábado a passagem dos transnotados que voltavam para casa depois da boemia. “Eu ficava com o violão no colo esperando algum deles passar, pegar meu violão e tocar um trecho de música”, conta. Assim, aos poucos e sem uma educação formal, aprendeu a tocar o primeiro instrumento cordófono da lista que, com o tempo, se tornaria longa. Mas foi por meio do rebelde hard rock dos anos 1980 que ele deu seus primeiros passos como músico. “Parecia que o punk era o estilo que mais tinha a dizer, com aquela rebeldia toda”, diverte-se. Levado pela irreverência do gênero, migrou para a guitarra – nos tempos em que iniciou uma banda com amigos. “Participamos do festival *Domingos de Sol*, no Auditório Araújo Vianna. Era uma música autoral, meio roqueira, completamente amadora. Mas afinávamos as guitarras direitinho”, relembra com carinho. A partir daí, Angelo deixou-se levar pelos instrumentos de corda e aprendeu a tocar viola caipira, viola de cocho e chegou até o alaúde árabe – conhecido como *oud* – e o sitar indiano. Para ele, estavam aí reunidos, então, todos os sotaques musicais típicos da península ibérica: além dos instrumentos mais característicos da região, como violões e violas, também estava a sonoridade de povos orientais que tiveram passagens por lá – os árabes e os ciganos oriundos da Índia. “Comecei com a música feita no presente com olhos no futuro, mas revisitando um eco étnico do passado. Isso tudo serviu à minha atuação como compositor”, explica. Ainda que tenha diversificado seus conhecimentos musicais também pela própria produção, foi em razão da atuação como instrumentista que decidiu tomar esse rumo; assim, conseguiria participar de projetos de diversos gêneros. Para a série *Lusamérica, canções*, preparou um repertório de canções açorianas compostas desde os anos 1970 até a atualidade. “Foi um dos momentos mais bonitos de minha carreira”, diz sobre o projeto que agora pretende levar a outros palcos.

FLÁVIO DUTRA/JU



MACIEL GOELZER

Jussara Silveira

A melhor palavra para descrever Jussara Silveira é “encontro”. Ouvi-la falar sobre música é entender os caminhos que foi trilhando, as pessoas que foi conhecendo, com quem foi estabelecendo relações profissionais e até mesmo afetivas. Mariazinha, a moça que cuidava dela e de seus irmãos na infância, é o mais remoto dos encontros em sua memória: “Lua, oh lua/ Querem te passar pra trás/ Lua, oh lua/ Querem te roubar a paz”, canta para lembrar-se da primeira canção que aprendeu de cor com a babá. É a marchinha de carnaval *A lua é dos namorados*, composta por Armando Cavalcanti, Klécio Caldas e Brasinha e gravada por Ângela Maria. “Minha família toda diz que falei e até cantei muito cedo, mesmo antes de caminhar”, diverte-se. Ainda no contexto familiar, Jussara teve dois encontros definidores de sua personalidade e de sua relação com a música. Ambos aconteceram na infância, no casarão amarelo de seus avós, em Vitória da Conquista, no sertão baiano. O primeiro foi com sua tia mais jovem, Maria Íris: “Foi ela que me apresentou Paulinho da Viola, João Gilberto, Dorival Caymmi e Luiz Gonzaga”, conta. Num ambiente em que todos tocavam violão e cantavam, Jussara não poderia ter saído diferente. “Uns tocavam Beatles; outros, as canções de Caetano Veloso e Chico Buarque”, relembra para descrever o eclético e musical ambiente em que cresceu. Ela, no entanto, jamais imaginou que seria cantora, mesmo que muitas vezes pessoas próximas elogiassem sua voz: “Diziam que era aveludada, como a de minha mãe”. Desses tempos, Jussara também levou consigo certo medo da vida artística, herdado de um tio. “Ele gravou um compacto, mas não seguiu carreira. Deixou de cantar para criar passarinhos e cantar com eles”, revela. E é essa memória que a cantora – baiana por afeto, mas nascida em Nanuque, no norte de Minas Gerais – diz ter sido definitiva para que demorasse a assumir-se como cantora, o que aconteceu somente aos 28 anos. Até então, trabalhara na Rádio Educadora, em Salvador, onde era programadora musical, cantava jingles e fazia backing vocals. A estreia mesmo só foi acontecer em um espetáculo dirigido por Carlos Maltês, seu grande amigo. Isso foi em 1989, no Teatro Castro Alves, em Salvador. Depois, aos poucos, Jussara foi conhecendo referências, encontrando novos parceiros para o que ela descreve como uma “vida modesta”, sem perseguir o sucesso que demandaria vender milhões de cópias – coisa já rara no atual contexto digital – ou fazer 25 apresentações por mês. “Isso significa cantar do jeito que você quer. É poder escolher um caminho sem a obrigação de manter a luta diária pelo que se chama sucesso, por estourar na rádio”, explica. Com o passar do tempo, a cantora descobriu-se uma pessoa mais alegre do que quando na infância. “Carolina, nos seus olhos tristes”, cantarola o trecho da melancólica composição de Chico Buarque que já tinha memorizado aos nove anos. “Gosto da passagem do tempo, as coisas vão ficando melhores. Às vezes, trato até com certo pesar essas coisas, mas isso vai se diluindo com o tempo”, pondera.